



USINA SANTA ADÉLIA



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de março de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Balanços patrimoniais	21
Demonstrações dos resultados	23
Demonstrações dos resultados abrangentes	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa	26
Demonstração do valor agregado	28
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações sobre o grupo	29
2 Políticas contábeis	30
3 Estimativas e premissas contábeis significativas	47
4 Gestão de risco financeiro	48
5 Instrumentos financeiros por categoria	53
6 Caixa e equivalentes de caixa	54
7 Aplicações financeiras	54
8 Contas a receber de clientes	54
9 Contas a receber – Cooperativa	55
10 Estoques	56
11 Tributos a recuperar	56
12 Ativos biológicos	56
13 Imobilizado	58
14 Investimentos	61
15 Intangível	63
16 Direito de uso e Arrendamentos Parcerias agrícolas a pagar	64
17 Fornecedores	65
18 Empréstimos, financiamentos e debêntures	65
19 Salários e encargos sociais	67
20 Tributos parcelados e sub-judice	67
21 Provisão para contingências	68
22 Imposto de renda e contribuição social diferidos	70
23 Patrimônio líquido	72
24 Receita operacional líquida	75
25 Despesas por natureza	76
26 Outras receitas (despesas), líquidas	76
27 Resultado financeiro	77
28 Compromissos	77
29 Transações com partes relacionadas	78
30 Seguros	80

Relatório da Administração

Jaboticabal/SP, 29 de maio de 2024 – A Usina Santa Adélia S.A. (“Santa Adélia” ou “Companhia”) divulga seus resultados consolidados do exercício findo em 31 de março de 2024. Os valores aqui apresentados são comparados com os do exercício findo em 31 de março de 2023, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mensagem da Diretoria

Prezados stakeholders,

É com imensa satisfação que a Diretoria da Usina Santa Adélia celebra o encerramento da Safrá 2023-24, um marco histórico em nossa trajetória de mais de 87 anos.

Pela dedicação e trabalho de nossas equipes, alcançamos resultados extraordinários, com recorde de moagem de cana, superando todas as expectativas e consolidando nossa relevância no setor sucroenergético. Essa conquista só foi possível graças ao empenho e profissionalismo dos nossos colaboradores, que se dedicaram, diariamente, para garantir o sucesso da safrá.

Assim, agradecemos a todos os nossos colaboradores, nosso maior ativo, pelo seu compromisso com a Companhia. A entrega de cada um foi fundamental para a superação dos desafios e para a conquista desse resultado tão significativo.

Também reconhecemos a importância do suporte do Conselho de Administração e de nossos acionistas, que acreditam no potencial da Companhia e nos apoiam em todos os projetos de crescimento. Agradecemos aos nossos fornecedores, importantes parceiros de negócio, aos financiadores e clientes. A confiança de todos é peça fundamental para a sustentabilidade, perenidade e o desenvolvimento do nosso negócio.

Estendemos, ainda, nossa gratidão à comunidade que estamos inseridos, que nos acolhe em nossa missão de gerar valor e contribuir para o desenvolvimento local.

Encerrada a Safrá 2023-24 com resultados expressivos, olhamos para o futuro com otimismo e grandes expectativas, guiados pela nossa visão estratégica de longo prazo, estamos investindo na construção de uma fábrica de açúcar na planta de Pereira Barreto, em um novo modelo de produção de cana irrigada e seguimos em nossa jornada de inovação tecnológica. Todas essas iniciativas visam ampliar a nossa capacidade de produção, reduzir riscos, maximizar resultados, remunerar o capital dos acionistas, gerar renda para os nossos colaboradores e para nossas comunidades, assim como fortalecer ainda mais a nossa presença no mercado.

Estamos confiantes de que estamos no caminho certo e que nossa Companhia continuará trilhando um caminho de sucesso e crescimento sustentável no setor sucroenergético brasileiro.

Atenciosamente,

Diretoria executiva da Usina Santa Adélia

A Usina Santa Adélia S.A.

Com matriz na cidade de Jaboticabal e filial em Pereira Barreto, ambas no estado de São Paulo, a Usina Santa Adélia S.A. é uma agroindústria que atua em toda a cadeia de produção de cana, açúcar, etanol e energia. Com mais de 87 anos de história, a Companhia é uma entidade de capital fechado e é controlada, desde sua fundação, por um grupo de acionistas da Família Bellodi.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (“Copersucar”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os todos os cooperados do sistema.

Assim como outras companhias do setor, nossos resultados operacionais e financeiros estão expostos a natureza característica do negócio, tendo em vista que fatores externos, tais como condições climáticas, preço das commodities e políticas governamentais, podem afetar consideravelmente os preços do açúcar, etanol e energia, conseqüentemente, podendo impactar o desempenho financeiro da Companhia.

Destaques do Ano-Safra

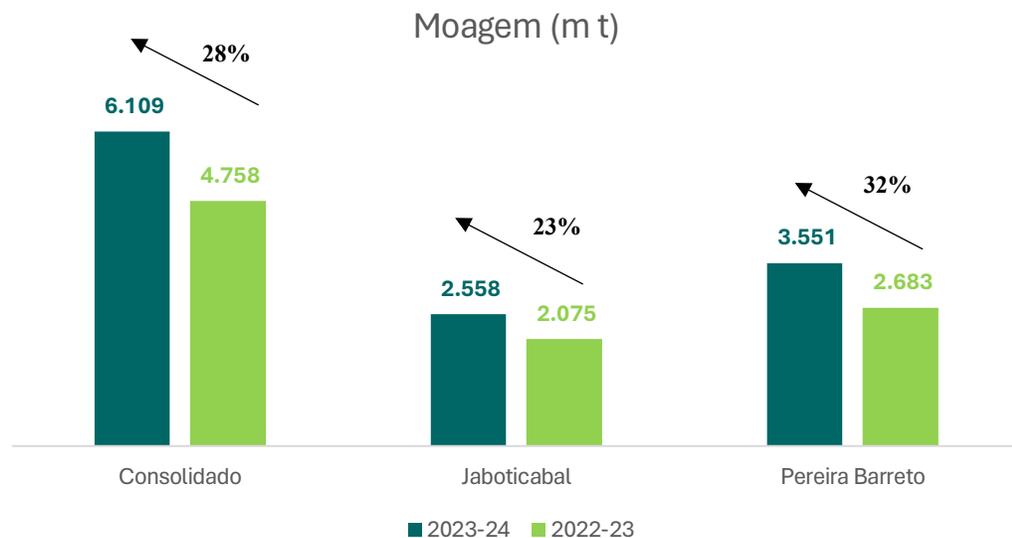
MOAGEM 6,1 milhões tc +28% vs 2022-23 Recorde de moagem	PRODUÇÃO ATR 822,6 mil t +28% vs. 2022-23 Reflexo do maior volume de cana processada, além de melhor produtividade da matéria-prima	PRODUTIVIDADE 96,5 tch +34% vs. 2022-23 Recorde de produtividade em Pereira Barreto	ATR por HECTARE 13,0 t/ha +33% vs. 2022-23 134,4 Kg/tc de ATR em linha com a safra 2022-23
RECEITA LÍQUIDA R\$ 1.540,2 milhões +15% vs 2022-23 Impulsionada pela moagem e preços do açúcar	EBITDA AJUSTADO R\$ 832,0 milhões Margem de 54% +22,5 p.p na margem	LUCRO LÍQUIDO R\$ 351,1 milhões +162% vs. 2022-23 Margem 23%	DÍVIDA LÍQUIDA R\$ 299,9 milhões -33% vs. 2022-23 Com índice de alavancagem equivalente a 0,36x (Dívida líquida /EBITDA Ajustado)

Resultados Operacionais

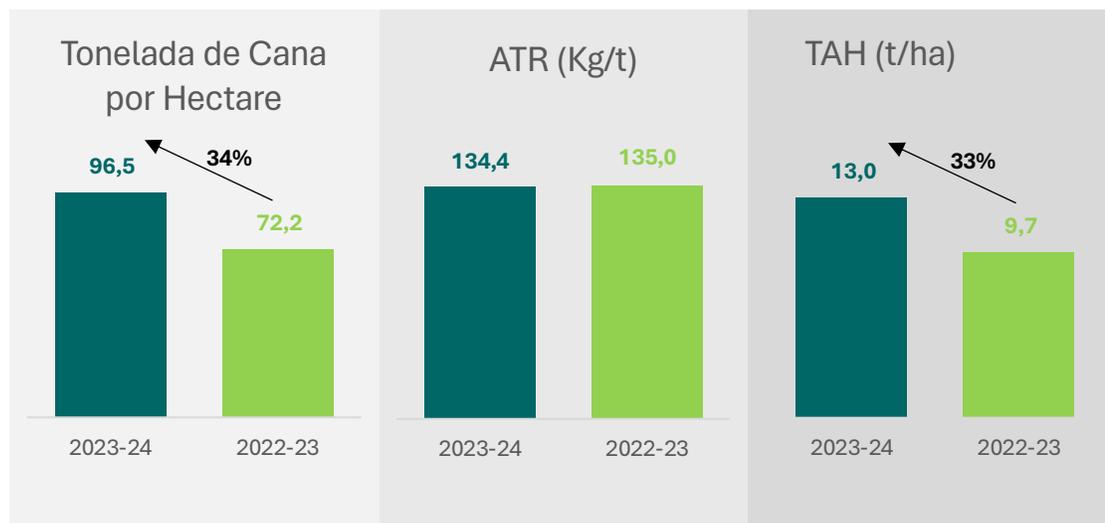
- **Moagem**

Na safra 2023-24 a Usina Santa Adélia S.A. processou 6,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um aumento de 28% em relação à safra 2022-23. Tal desempenho deve-se, principalmente, pelo ganho de produtividade agrícola do canavial, dado os constantes investimentos realizados nas últimas safras e pela eficiência nos tratos culturais, além das boas condições climáticas observadas nesta safra.

A unidade de Jaboticabal processou 2,6 milhões de toneladas (aumento de 23%) e a unidade de Pereira Barreto processou 3,5 milhões de toneladas (aumento de 32%).



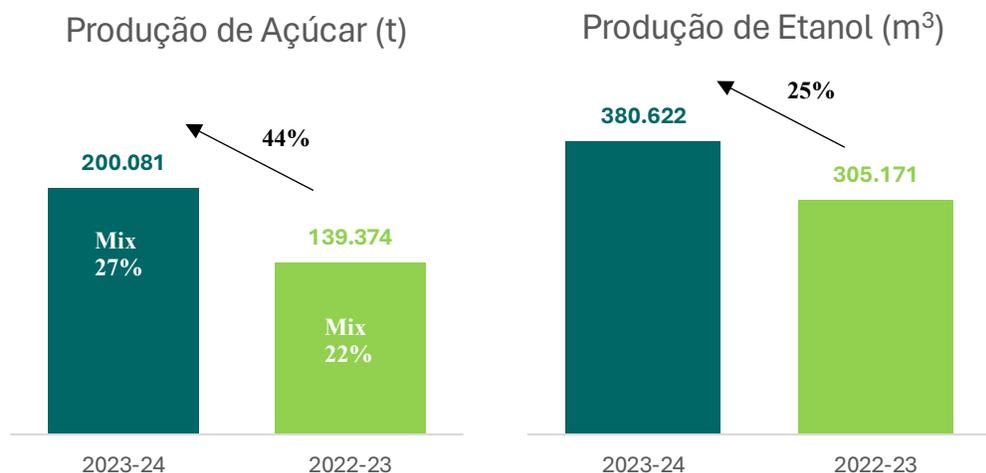
Nossa operação utiliza, majoritariamente, cana própria, produzida em áreas arrendadas e através de parcerias agrícolas. Nesta safra a produtividade agrícola foi de 96,5 toneladas de cana por hectare (TCH), um incremento de 34% quando comparado a safra 2022-23. O ATR da cana permaneceu estável, em 134,4 kg/tonelada. Como resultado, o indicador TAH atingiu 13,0 t/ha, alta de 33% em relação à safra anterior. Os melhores desempenhos refletem, sobretudo, os investimentos realizados na renovação e manutenção do canavial em safras anteriores, com foco na eficiência do manejo e aplicação de novas tecnologias aplicadas no campo, além de melhores condições climáticas no período de desenvolvimento da matéria-prima.



- Produção**

Nesta safra o mix de produção do açúcar foi de 27% (+5 p.p.), totalizando 200 mil toneladas de açúcar branco e bruto, aumento de 43,6% em relação à safra anterior, produzido na planta de Jaboticabal. Em função da maior atratividade de preço do açúcar, em detrimento ao etanol, a Companhia manteve a estratégia de direcionar o máximo de sua capacidade para a produção de açúcar.

A produção de etanol anidro e hidratado foi de 380,6 mil m³, crescimento de 24,7% comparado à safra anterior.



• Receita operacional

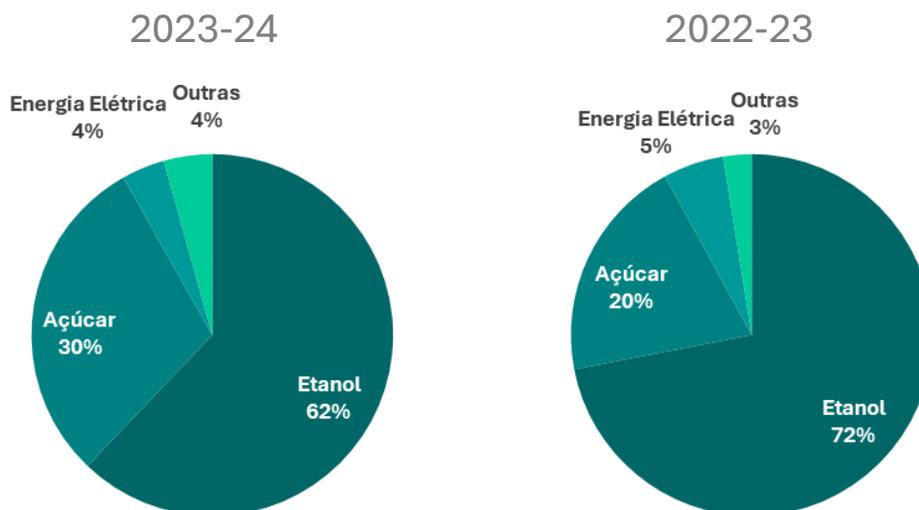
Na safra 2023-24 a receita líquida atingiu R\$ 1.540.239 mil, 14,9% superior a safra 2022-23. O etanol foi o produto com maior representatividade na receita, totalizando 62% (72% na safra anterior).

	Açúcar	Etanol	Energia	Outras	Total
Receita bruta	501.336	1.031.299	64.061	71.729	1.668.425
(-) Impostos sobre vendas	(26.542)	(86.192)	(2.345)	(13.107)	(128.186)
Receita líquida	474.794	945.107	61.716	58.622	1.540.239
Quantidade vendida	3.993	371	367		
Unidade	sacas	m ³	MWh		
Valor de venda	119	2.545	168		
	R\$/Saca	R\$ m ³	MWh		

A safra 2023-24 foi uma safra de excelentes resultados na produção agroindustrial com reflexos positivos na receita de vendas. Os seguintes fatores levaram ao aumento da receita:

- maior volume de cana processada;
- ganho de 33,7% na produtividade de cana própria (TCH), em função dos investimentos realizados no campo e das melhores condições climáticas;
- alta do TAH produzido e;
- elevação do preço do açúcar e, conseqüentemente, sua maior participação no mix.

A segregação da receita bruta entre as safras está representada nos gráficos a seguir:



Com as condições favoráveis no preço do açúcar e priorização do mix, a Companhia registrou um crescimento nas vendas de 10 p.p., totalizando R\$ 501.336 mil. O preço médio de comercialização, por saca, foi de R\$ 119 (R\$ 94,3 na safra 2022-23).

Em relação ao etanol, embora os preços tenham recuado em 16% comparado a safra 2022-23, a receita permaneceu estável, em R\$ 1.031.299 mil, dado o maior volume de produção, com preços médios de R\$ 2.545 por m³.

As vendas de energia elétrica recuaram 17% nesta safra, mesmo o volume exportado tendo aumentado 23,8%, impactados pelos preços mais baixos da energia no mercado livre.

• Custo dos produtos vendidos e Margem operacional

Na safra 2023-24 o Custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 1.074.825 mil, aumento de 2,3% em relação à safra 2022-23. Os custos com depreciação e amortização correspondem a 55% do CPV total, enquanto os custos do próprio ano 42%. Estes custos são representados, principalmente pela cana adquirida de fornecedores, pelo CTT (corte, transbordo e transporte), mão de obra, insumos industriais e serviços contratados de terceiros.

	Açúcar	Etanol	Energia	Outras	Total
Receita líquida	474.794	945.107	61.716	58.622	1.540.239
(-) CPV	(247.719)	(783.518)	(42.803)	(784)	(1.074.825)
Custos do ano	(110.177)	(371.227)	(31.462)	(784)	(513.650)
Depreciação e amortização	(146.107)	(437.962)	(11.341)		(595.410)
Valor justo do ativo biológico	8.564	25.671			34.235
Lucro bruto	227.075	161.589	18.913	57.838	465.414
<i>Margem</i>	<i>47,8%</i>	<i>17,1%</i>	<i>30,6%</i>	<i>98,7%</i>	<i>30,2%</i>

A margem bruta realizada foi de 30,2% (21,4% na safra 2022-23) com destaque para o açúcar com 47,8%. O desempenho operacional deve-se, principalmente, a diluição dos custos fixos, considerando o aumento no volume de cana processada (28,4%), somado ao ganho de eficiência agroindustrial.

• Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram 5% em relação à safra anterior, principalmente pelo aumento no custo de pessoal e inflação de serviços totalizando R\$ 47.727 mil, representando 3,1% da receita operacional líquida nesta safra (3,4% na safra 2022-23).

As despesas com vendas tiveram aumento relevante, com crescimento de R\$ 20.012 mil, frente a safra anterior, representando uma relação sobre a receita operacional líquida de 4,6% (3,8% na safra 2022-23).

Embora o volume comercializado tenha sido maior, impactando as despesas com vendas, observamos aumento nas despesas unitárias com fretes e armazenagem.

Despesas com vendas	2023-24	2022-23	
Fretes	40.634	20.260	
Armazenagem	17.403	15.697	
Portuárias	3.654	2.787	
Despesas rateadas Copersucar	9.520	12.047	
Total	71.211	50.791	40,2%

- Resultado não operacional**

Nesta safra, o resultado de outras receitas e despesas foi positivo em R\$ 223.475 mil (R\$ 80.094 mil safra 2022-23). Substancialmente, representados pelos recebimentos da ação indenizatória do IAA^(*).

(*) A Usina Santa Adélia S.A. e demais usinas do sistema Copersucar são parte ativa em uma ação que questiona os prejuízos sofridos pelas usinas com a intervenção do governo nos preços do açúcar e do álcool na década de 1980. Estas ações foram julgadas procedentes, com ganho de causa para as Usinas. A partir de 2017 as indenizações foram reconhecidas através da emissão de três precatórios, que foram efetivamente pagos, de forma parcelada, no período de 2019 a 2024.

Ano	1º Precatório	2º Precatório	3º Precatório	Total
2019	43.787	39.120		82.907
2020	24.725	45.025		69.750
2021	26.617	48.508		75.125
2022	30.520	55.571		86.091
2023	32.163	58.853		91.016
2024		62.044	75.396	137.440
	157.812	309.121	75.396	542.329

- Lucro líquido**

Nesta safra, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 351.131 mil, valor 162% superior aos R\$ 134.027 mil registrados na safra 2022-23.

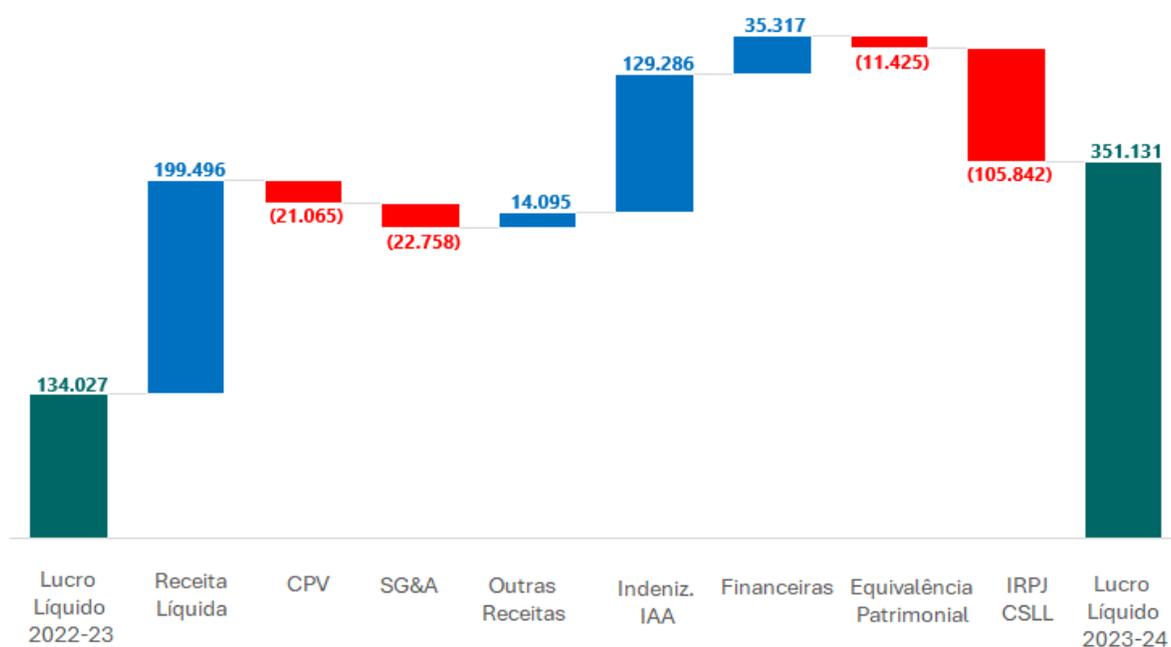
Estes resultados foram alavancados pelo ganho de margem bruta, considerando que as receitas cresceram 14,9%, enquanto os custos cresceram 2,3%. As despesas com vendas aumentaram 40,2% com impacto no lucro operacional.

Os recebíveis da indenizatória do IAA, resultado não operacional, contribuiu com o resultado em R\$ 129.286 mil, quando comparado com os recebíveis do exercício anterior. As despesas financeiras líquidas reduziram em R\$ 35.317 mil, no entanto, é preciso considerar que nesta safra implementamos a política de *hedge accounting* que contabiliza parte dos resultados com derivativos *Swap* no Patrimônio líquido e capitalizamos juros de financiamentos nos ativos qualificáveis (plantio e obras). Desconsiderando esses efeitos, a redução seria de R\$ 19.625 mil.

O resultado de equivalência patrimonial do investimento na Copersucar S.A. reduziu R\$ 11.424 mil decorrente da redução nos lucros da coligada.

As despesas com os tributos sobre o lucro, IRPJ e CSLL, aumentaram substancialmente nesta safra e totalizaram R\$ 108.259 mil. O aumento foi decorrente da maior base de lucro tributável e a alíquota efetiva foi de 23,5%. Na safra 2022-23 as despesas foram reduzidas pela menor base de lucro tributável após o benefício da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio.

Movimentação do Lucro Líquido (R\$ mil)



• Lucro líquido Ajustado

A Companhia apresenta, para título de avaliação, também o “Lucro Líquido Ajustado”, que desconsidera os recebíveis da indenização do IAA, líquido dos tributos.

	2023-24	2022-23	
Lucro líquido	351.131	134.027	162,0%
(-) IAA	(228.456)	(86.091)	
IRPJ/CSLL	69.182	14.154	
Lucro líquido ajustado	191.857	62.090	209,0%

- EBITDA**

A Companhia calcula e apresenta o EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) nos padrões da CVM. O EBITDA é o Lucro antes dos juros, dos impostos sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

	2023-24	2022-23
Lucro líquido	351.131	134.027
(+) Resultado financeiro	120.760	156.077
(+) IRPJ e CSLL	108.259	2.416
(+) Depreciação e Amortização	595.410	544.618
EBITDA	1.175.560	837.138

A Companhia apresentou EBITDA de R\$ 1.175.560 mil, evolução de 40,4% na comparação anual. A melhora expressiva ocorreu, principalmente, pelo aumento na margem bruta de 30,2% (21,4% na safra anterior). A margem de lucro do açúcar foi relevante e contribuiu com 49% do lucro bruto.

As despesas com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, foram muito expressivas, dado ao lucro real relevante, impactado pelos recebíveis da indenizatória do IAA.

Os gastos com depreciação e amortização compreendem: depreciação do ativo imobilizado, da manutenção de entressafra e da depreciação dos canaviais (plântio), totalizando R\$ 289.668 mil e gastos com amortização dos tratos (ativo biológico), intangível e arrendamentos e parcerias, totalizando R\$ 305.742 mil.

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA) não é uma métrica contábil segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa.

- EBITDA Ajustado**

A Companhia apresentou um EBITDA Ajustado de R\$ 832.003 mil neste exercício, evolução de 98,6% na comparação anual.

	2023-24	2022-23	
EBITDA	1.175.559	837.138	
(-) Manutenção de entressafra	(74.107)	(72.001)	
(-) Tratos culturais	(184.621)	(147.474)	
(-) Valor justo do ativo biológico	34.235	(72.243)	
(-) Arrendamentos (IFRS 16)	(119.063)	(126.568)	
EBITDA Ajustado	832.003	418.852	98,6%
(-) Indenizatória IAA	(228.456)	(86.091)	
EBITDA Ajustado Operacional	603.547	332.761	81,4%

A Companhia apresenta para título de avaliação, o EBITDA Ajustado excluindo os gastos recorrentes com manutenção de entressafra, tratos culturais, arrendamentos e parcerias e também o valor justo do ativo biológico. Essa métrica ajustada é comumente utilizada pelas instituições financeiras e demais companhias do setor.

Dado que nossos resultados líquidos foram impactados positivamente pelos recebíveis da indenização do IAA, para fins gerenciais, apresentamos, além do EBITDA Ajustado, o “EBITDA Ajustado Operacional”, sem o efeito deste resultado.

• Investimentos

Nesta safra, a Companhia investiu R\$ 595.673 mil, montante 19,7% superior ao investido no mesmo período da safra anterior.

Investimentos	2023-24	2022-23	
Plantio	189.036	216.512	
Tratos	182.618	184.620	
Sustaining industrial	77.745	48.014	
Sustaining agrícola	31.285	22.554	
Renovação de frota	33.724	14.073	
Irrigação	38.024	9.592	
Fábrica de açúcar	37.669	-	
TI - Inovação	2.465	2.083	
Outros administrativos	3.107	390	
CAPEX total	595.673	497.838	19,7%

O nosso negócio requer elevados investimentos de manutenção relacionados à renovação dos canais para manter a produção e disponibilidade para safras futuras.

Os investimentos em plantio de cana e tratos culturais constituem uma parte significativa do CAPEX e nesta safra foi de R\$ 371.654 mil. Nos últimos anos a Companhia tem realizado investimentos relevantes nos canaviais a fim de manter uma lavoura com idade média baixa, com bons indicadores de produtividade. Esses investimentos desempenham um papel relevante no crescimento e sustentação da produtividade e eficiência operacional, além de contribuírem na gestão de riscos relacionados ao clima.

Os investimentos em sustaining industrial e agrícola nesta safra foram de R\$ 109.030 mil destinados, principalmente, para manutenções das áreas produtivas. Tanto nas atividades agrícolas quanto nas industriais, estes investimentos contribuem para a eficiência das operações, promovendo práticas sustentáveis e com foco em segurança dos trabalhadores durante as operações, maximizando os rendimentos da safra.

Os investimentos destinados à renovação da frota também foram muito relevantes nesta safra, de R\$ 33.724 mil, e foram essenciais para o projeto de alta performance e otimização do custo operacional.

No contexto do planejamento estratégico da Companhia, projetos relevantes foram aprovados e estão em plena execução. Destacamos os projetos “Fábrica de Açúcar” e “Irrigação de gotejo do Polo Igarai”:

Fábrica de Açúcar

O preço do açúcar registrou em 2023 o maior valor dos últimos 11 anos na Bolsa de Nova York (ICE) motivado por 6 anos consecutivos de déficit global da *commodity*, além de fundamentos de mercado que demonstram um contínuo crescimento no consumo. A Usina Santa Adélia S.A. traduziu essa tendência mundial como oportunidade de negócio, e aprovou junto ao Conselho de Administração a construção de uma Fábrica de Açúcar na unidade de Pereira Barreto, um investimento projetado de R\$ 200 milhões. Essa nova planta terá capacidade produtiva de 150 mil toneladas de açúcar VHP por safra e contará com um armazém com capacidade de 110 mil toneladas de estocagem. O incremento na produção de açúcar, elevará de 27% para 46% a flexibilidade no mix consolidado de produtos – etanol e açúcar – o que reduzirá a exposição do negócio aos riscos de mercado.

Polo Igarai

Em continuidade à implementação do Plano Diretor de Irrigação, em 2023 a Usina Santa Adélia S.A. iniciou a construção dos Polos de Irrigação por gotejamento. Essa iniciativa visa a sustentabilidade do negócio, mitigação dos riscos climáticos e a estabilidade produtiva de cana-de-açúcar. O 1º polo construído foi o Polo Igarai, que é composto por um conjunto de fazendas e totaliza, em sua primeira etapa 1.076 hectares de área de cana irrigada, um investimento de R\$ 45 milhões. Na segunda fase, serão incrementadas outras áreas de canavial e as duas etapas serão financiadas pela Finep - Financiadora de Estudos e Projetos. Para assegurar a perenidade do projeto, a Usina Santa Adélia S.A. firmou contratos de arrendamento de longo prazo e a energia utilizada no processo será integralmente fornecida pela nossa planta industrial, através da biomassa da cana-de-açúcar (energia renovável).

• Liquidez e Endividamento

Ao longo das últimas safras a Companhia foi capaz de manter uma forte posição de liquidez e encerrou a safra 2023-24 com uma posição de caixa de R\$ 699.706 mil, um crescimento substancial de R\$ 215.691 mil frente ao caixa de 31 de março de 2023, decorrente da geração de

caixa positiva de suas operações e dos recebimentos da indenizatória do IAA. Essa liquidez é suficiente para amortizar o principal das dívidas financeiras contratadas por duas safras.

Nesta safra também foram liquidadas operações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 277.098 mil e houve novas captações de R\$ 202.857 mil.

Movimentação dos empréstimos	2023-24	2022-23
Saldo inicial	1.071.254	1.007.152
(+) Captações	202.857	328.232
(-) Pagamento principal	(277.098)	(315.528)
(+) Juros e variações monetárias	118.411	153.376
(-) Pagamento juros	(100.401)	(101.979)
Saldo final	1.015.023	1.071.254

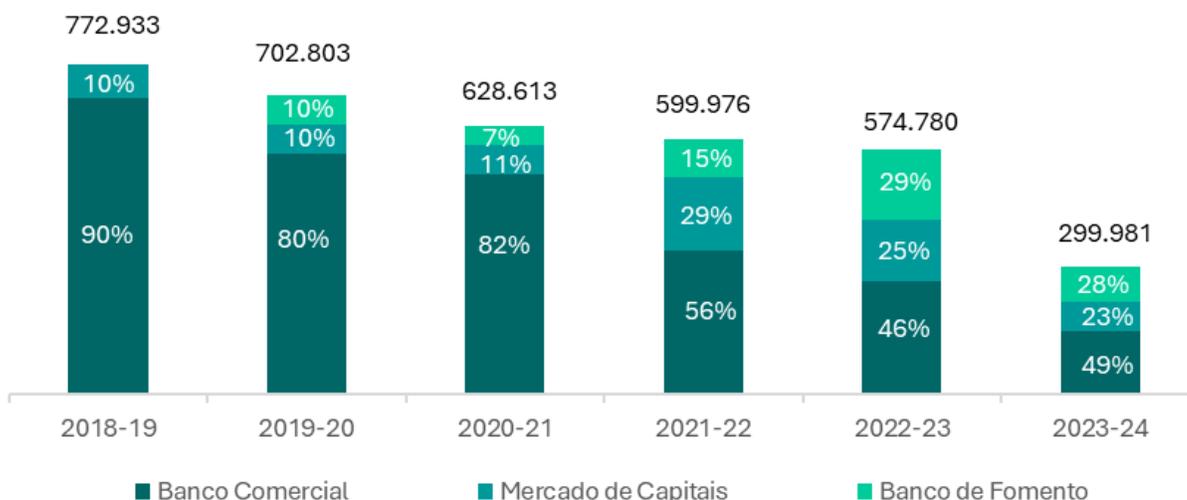
Nesta safra, houve uma desalavancagem bruta de R\$ 56.231 mil. O aumento da geração de caixa e a liquidação de algumas operações financeiras contribuiu para a redução da dívida líquida da Companhia em 47,8%, atingindo o valor de R\$ 299.981 mil.

	2023-24	2022-23	
Empréstimos e financiamentos	1.015.023	1.071.254	
(-) Swap	(15.336)	(12.460)	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(699.706)	(484.015)	
Dívida líquida	299.981	574.779	-47,8%
EBITDA	1.175.559	837.138	
Dívida líquida/EBITDA	0,26	0,69	
EBITDA Ajustado	832.003	418.852	
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	0,36	1,37	
Moagem	6.109	4.758	
Dívida líquida/Moagem	49	121	

O indicador Dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,36 (1,37 na safra anterior), demonstrando a baixa alavancagem financeira da Companhia e níveis saudáveis de endividamento.

A Companhia tem vivenciado um ciclo contínuo de desalavancagem, acompanhado de uma relevante alteração da gestão do endividamento. Em 31 de março de 2019, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 773 milhões. Os recorrentes resultados operacionais positivos e o recebimento da indenizatória do IAA, possibilitaram que nesta safra a dívida líquida fosse R\$ 299 milhões, o equivalente a R\$ 49 por tonelada de cana processada na safra – menor nível histórico.

Dívida Líquida (R\$ mil)



A partir da safra 2018-19 foram realizadas captações que permitiram diversificar o *funding* da Companhia e o alongamento da dívida. Destacamos os financiamentos realizados junto ao BNDES no montante de R\$ 100 milhões (Linha Renovabio, sendo a primeira operação ESG da instituição no setor sucroenergético), emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios – CRA, no montante de R\$ 109,5 milhões, emissão Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/11) no montante de R\$ 200 milhões e IFC (*International Finance Corporation*) no montante de R\$ 160 milhões. Neste período, o *Duration* da dívida saiu de 21,4 meses para 34,4 meses, enquanto o percentual de dívida bruta no passivo não circulante passou de 68% para 80%.

Neste contexto evolutivo da estratégia financeira também emitimos nosso rating corporativo, conforme descrito a seguir:

Rating corporativo:

Em 15 de janeiro de 2024, a S&P Global Ratings emitiu o relatório de classificação de risco de crédito da Usina Santa Adélia S.A. mantendo o Rating AA-, escala nacional, com perspectiva Estável. A avaliação tem como fundamentos os resultados obtidos durante do ano de 2023 e projeções para o exercício de 2024. Na análise a S&P destaca: os avanços da Governança Corporativa, a recuperação significativa da produtividade agrícola, eliminando capacidade ociosa industrial, alta eficiência operacional, custo-caixa competitivo em relação ao setor e o investimento na construção da Fábrica de Açúcar em Pereira Barreto, que aumentará a flexibilidade do mix de produção reduzindo o impacto com a volatilidade de preços. Apesar da significativa melhora, a S&P avaliou a liquidez da Companhia como menos que adequada. E por fim, a agência aborda com ceticismo as mudanças na tributação brasileira e a política de preços de combustíveis praticada pela Petrobrás que têm reflexos negativos sobre o preço do etanol. Nova avaliação ocorrerá em janeiro de 2025.

- **Resultado financeiro**

Despesas financeiras

O resultado financeiro, descontando as despesas com a realização do AVP dos arrendamentos e parcerias, foi negativo em R\$ 56.422 mil (R\$ 101.720 mil na safra 2022-23).

As despesas financeiras decorrentes dos empréstimos e financiamentos (custo financeiro) foram de R\$ 136.096 mil na safra atual, uma redução de 17,4%.

	2023-24	2022-23	
Juros sobre empréstimos financiamentos	(103.755)	(140.461)	
Ajuste negativo de derivativos - Swap	(16.959)	(8.517)	
Varição cambial	2.822	(13.363)	
Juros capitalizados e <i>Hedge accounting</i>	(18.204)	(2.512)	
Despesas financeiras	(136.096)	(164.853)	-17,4%
Dívida média	1.029.241	1.031.204	
Custo financeiro	-13,2%	-16,0%	

Para fins de comparabilidade consideramos os juros capitalizados nos ativos qualificáveis (formação de lavoura e obras) e os ajustes negativos de MtM de Swap, a fim de identificar as despesas médias frente ao endividamento.

Receitas financeiras

As receitas financeiras decorrentes dos rendimentos de aplicação financeiras reduziram 13,2% e totalizaram R\$ 51.693 mil, em virtude da redução do CDI médio na safra foi inferior à safra 2022-23.

- **Retorno e Rentabilidade**

Nesta safra o ROIC (Retorno sobre o capital investido) foi de 21,4% (9,4% na safra 2022-23).

O NOPAT (Lucro operacional líquido após impostos) foi calculado líquido do resultado da indenizatória do IAA a fim de normalizar os resultados comparativos, com crescimento de 53,9%.

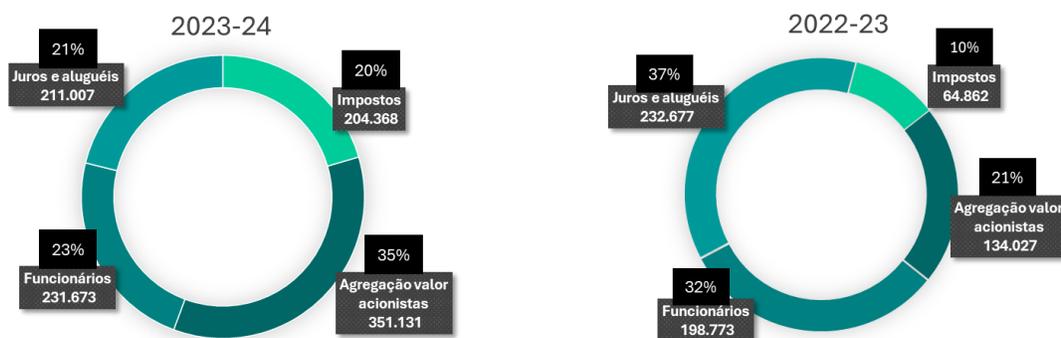
	2023-24	2022-23	
NOPAT (Exceto IAA)	302.419	196.544	53,9%
Capital investido médio - Próprio	925.060	744.317	
Capital investido médio - Terceiros	1.029.241	1.031.204	
Capital médio investido	1.954.300	1.775.521	
ROIC	15,5%	11,1%	39,8%
NOPAT (Exceto IAA)	302.419	196.544	
Custo do capital de terceiros, líquido IR/CS (23%)	(104.794)	(126.937)	
Agregação de valor	197.625	69.607	
ROE	21,4%	9,4%	128,4%

* O capital investido médio considera o (i) Patrimônio líquido (sem incorporar o lucro do próprio ano) e (ii) a dívida bruta.

Dos resultados operacionais gerados (o NOPAT) subtraímos o custo do capital de terceiros, líquido do benefício da dedutibilidade do IRPJ/CSLL, a fim de encontrar o montante da “Agregação de valor” aos acionistas, o ROE, positivo e crescente entre as safras.

• Agregação de Valor Total (DVA)

Nesta safra o valor adicionado aos negócios foi de R\$ 998.179 mil, frente a R\$ 630.339 mil da safra 2022-23, um crescimento de 58,3%.



Este valor adicionado foi distribuído entre: Funcionários (pelos salários e encargos); Impostos e contribuições (federais, estaduais e municipais); Juros e alugueis pagos, exceto IFRS 16 (para credores e locatários) e o saldo remanescente como Juros sobre o capital próprio e Lucros retidos (pela agregação de valor ao patrimônio dos acionistas).

Quando comparado a safra atual com a anterior, observa-se que houve aumento nominal no pagamento de salários e encargos (+R\$ 32.900 mil) e em Impostos (+R\$ 139.506 mil). Os juros e alugueis pagos reduziram na safra (-R\$ 21.670 mil), principalmente pela menor alavancagem financeira da Companhia.

Por fim, os resultados operacionais e financeiros desta Safra refletiram no valor adicionado aos proprietários, pelo Lucro líquido, no montante de R\$ 351.131 mil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e acionistas da
Usina Santa Adélia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina Santa Adélia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía saldo de R\$ 280.333 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado.

Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 12, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

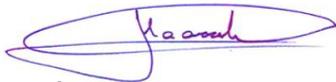
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	653.005	440.288	699.706	475.848
Aplicações financeiras	7		2.766		8.166
Contas a receber de clientes	8	7.999	9.002	10.181	12.792
Contas a receber - Cooperativa	9	51.877	108.981	51.877	108.981
Instrumentos financeiros derivativos	5	3.879	11.595	3.879	11.595
Estoques	10	89.223	62.320	89.223	62.320
Tributos a recuperar	11	21.271	24.028	23.597	25.982
Ativo biológico	12	280.333	248.101	280.333	248.101
Dividendos a receber	29	304	434	304	434
Outros ativos		9.277	1.142	9.311	1.213
Total do ativo circulante		1.117.168	908.657	1.168.411	955.432
Ativo não circulante mantido para venda		386	641	672	644
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	6.011	6.592	6.011	6.592
Instrumentos financeiros derivativos	5	15.515	9.056	15.515	9.056
Contas a receber - Cooperativa	9	158	924	158	924
Tributos a recuperar	11	19.193	14.892	19.193	14.892
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22		41.264		39.830
Depósitos judiciais	21	149.641	126.540	151.001	127.738
Outros ativos		1.775	964	1.855	1.077
		192.293	200.232	193.733	200.109
Investimentos	14	221.541	216.847	136.194	145.513
Outros investimentos		1.618	1.405	1.619	1.427
Imobilizado	13	1.200.823	1.030.657	1.262.373	1.088.798
Intangível	15	171.155	172.668	174.495	180.569
Direito de uso	16	787.352	774.183	787.352	774.183
Total do ativo não circulante		2.574.782	2.395.992	2.555.766	2.390.599
Total do ativo		3.692.336	3.305.290	3.724.849	3.346.675

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	17	97.544	93.956	100.084	92.474
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	205.645	275.532	205.645	275.532
Instrumentos financeiros derivativos	5	5.630	2.781	5.630	2.781
Arrendamentos e Parcerias a pagar	16	131.067	134.850	131.067	134.850
Salários e encargos sociais	19	55.037	36.245	55.037	36.245
Tributos a recolher		20.559	14.537	22.338	16.094
Tributos parcelados	20	1.442		1.442	
Partes relacionadas	29	199			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29	50.294	18.649	50.294	18.649
Outros passivos		35.382	18.388	58.794	46.859
Total do passivo circulante		602.799	594.938	630.331	623.484
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	809.378	795.722	809.378	795.722
Instrumentos financeiros derivativos	5	4.741	5.410	4.741	5.410
Arrendamentos e Parceiras a pagar	16	763.479	731.397	763.479	731.397
Tributos parcelados	20		1.077		1.077
Partes relacionadas	29	8.059			
Adiantamentos - cooperativa		14.590	14.590	14.590	14.590
Provisão para contingências	21	31.783	35.513	44.822	48.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	38.299		38.299	
Tributos sub-judice	20	113.573	92.840	113.573	92.840
Outros passivos		2.092	2.072	2.093	2.072
Total do passivo não circulante		1.785.994	1.678.621	1.790.975	1.691.460
Total do passivo		2.388.793	2.273.559	2.421.306	2.314.944
Patrimônio líquido					
Capital social	23	415.000	367.000	415.000	367.000
Reserva de capital		193.784	193.784	193.784	193.784
Reserva de lucros		699.708	471.361	699.708	471.361
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.949)	(414)	(4.949)	(414)
Total patrimônio líquido		1.303.543	1.031.731	1.303.543	1.031.731
Total do passivo e patrimônio líquido		3.692.336	3.305.290	3.724.849	3.346.675

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	24	1.505.313	1.292.520	1.540.239	1.340.743
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(1.062.575)	(1.041.263)	(1.074.825)	(1.053.760)
Lucro bruto		442.738	251.257	465.414	286.983
Despesas com vendas	25	(71.211)	(50.791)	(71.211)	(50.791)
Despesas gerais e administrativas	25	(46.296)	(42.939)	(47.727)	(45.389)
Outras receitas, líquidas	26	220.934	79.073	223.475	80.094
Resultado de equivalência patrimonial	14	24.233	23.580		
Lucro operacional		570.398	260.180	569.951	270.897
Despesas financeiras	27	(260.119)	(286.927)	(259.975)	(286.881)
Receitas financeiras	27	132.660	126.263	139.215	130.804
Resultado financeiro		(127.459)	(160.664)	(120.760)	(156.077)
Participação nos resultados de coligadas	14	13.038	35.084	10.199	21.623
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		455.977	134.600	459.390	136.443
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(21.343)	(6.825)	(26.189)	(11.171)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(83.503)	6.252	(82.070)	8.755
Lucro líquido do exercício		351.131	134.027	351.131	134.027

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	351.131	134.027
Hedge accounting - Opções	(5.473)	
Hedge accounting - Swap	(2.175)	
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial - Copersucar S.A.	4.914	5.117
Total do resultado abrangente	348.397	139.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	Reserva de capital			Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Resultado do período	Total do patrimônio Total
	Nota	Capital social	Mais valia de investimento	Transações de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Na Companhia		
Saldo em 01 de abril de 2022		212.000	202.102	(8.318)	42.400	464.621	13.042	(13.155)	912.692
Integralização de capital	23	155.000				(155.000)			9.513
Dividendos propostos e não distribuídos						9.513			
Realização do custo atribuído							(1.829)	1.829	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo								5.117	5.117
Baixa de mais valia							(3.589)		(3.589)
Lucro do exercício								134.027	134.027
Constituição de reserva legal	23				6.793			(6.793)	
Juros sobre capital próprio	23							(26.029)	(26.029)
Lucros a destinar						103.034		(103.034)	
Em 31 de março de 2023		367.000	202.102	(8.318)	49.193	422.168	7.624	(8.038)	1.031.731
Integralização de capital	23	48.000				(48.000)			(12.905)
Juros sobre o capital próprio pagos						(12.905)			(712)
Distribuição de dividendos complementares						(712)			
Realização do custo atribuído							(1.801)	1.801	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo								4.914	4.914
Hedge accounting - Opções							(5.473)		(2.175)
Hedge accounting - Swap							(2.175)		
Lucro líquido do exercício								351.131	351.131
Constituição de reserva legal					17.647			(17.647)	
Juros sobre o capital próprio	23							(50.294)	(50.294)
Dividendos adicionais propostos								(12.674)	(12.674)
Lucros a destinar	23					272.317		(272.317)	
Em 31 de março de 2024		415.000	202.102	(8.318)	66.840	632.868	(1.825)	(3.124)	1.303.543

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		455.977	134.600	459.390	136.443
Ajustes					
Depreciação	25	113.791	109.745	124.787	121.833
Amortização de direito de uso de arrendamento/parceria	25	119.063	126.568	119.063	126.568
Amortização de intangível	25	1.713	1.365	2.058	1.710
Amortização de intangível - Combinação de negócios				4.216	6.672
Resultado na baixa do imobilizado	26	1.143	(1.709)	(7)	(7.249)
Depreciação da planta portadora (Plantio)	25	164.881	147.033	164.881	147.033
Amortização da lavoura decorrente da colheita (Tratos)	25	184.621	147.474	184.621	147.474
Realização do valor justo do ativo biológico	25	63.480	135.723	63.480	135.723
Variação no valor justo do ativo biológico	12	(97.715)	(63.480)	(97.715)	(63.480)
Ajuste ao valor recuperável dos estoques	10	348		348	
Resultado de equivalência patrimonial		(24.233)	(23.580)		
Participação nos resultados de coligadas		(13.038)	(35.084)	(10.199)	(21.623)
Amortização de mais valia - Combinação de negócios	26	2.783	4.725		
Resultado com outros investimentos		(213)	(493)	(192)	(493)
Provisão para perdas com estoques obsoletos	10	271	655	271	594
Provisão para perdas esperadas com créditos	8	617	(1)	617	(1)
(Reversão) Provisão de <i>Impairment</i> do ativo imobilizado	13			(2.909)	4.049
Reversão da provisão para perdas contratuais	26				(5.602)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		9.214	11.234	10.014	15.398
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		114.628	149.234	114.628	149.234
Realização do ajuste a valor presente de arrendamentos	27	65.704	54.357	65.704	54.357
Instrumentos financeiros derivativos (MtM)		9.278	8.517	9.278	8.517
Provisão para restituição de energia mínima	29		3.299		
Juros e variações monetárias - partes relacionadas	29	249	350		
Contas a receber de clientes		967	(12.045)	3.192	11.966
Estoques		(18.726)	42.461	(18.726)	42.590
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar		(825)	(2.924)	(825)	(2.924)
Tributos a recuperar		(1.544)	(5.998)	(1.917)	(5.338)
Operações - cooperativa		57.870	(30.998)	57.870	(30.998)
Outros ativos		(8.691)	(533)	(8.622)	865
Ativo biológico	12	(182.618)	(184.620)	(182.618)	(184.620)
Depósitos compulsórios e judiciais		(6.477)	(11.075)	(6.639)	(11.026)
Fornecedores		(10.141)	(6.780)	(6.684)	(19.567)
Salários e encargos sociais		18.792	(4.136)	18.792	(4.136)
Tributos a pagar		(27.551)	(6.803)	(28.691)	(8.593)
Tributos parcelados		365	(581)	365	(581)
Tributos sub-judice		14.061	1.038	14.061	1.038
Partes relacionadas		8.059			
Outros passivos		17.014	11.934	11.957	6.617
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.033.117	699.472	1.063.849	752.450
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.613)	(4.689)	(10.097)	(8.000)
Demandas judiciais pagas	21.b	(12.944)	(12.796)	(13.544)	(13.627)
Juros pagos	18	(127.905)	(130.681)	(127.905)	(130.681)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a transportar)		885.655	551.306	912.303	600.142

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (de transporte)		885.655	551.306	912.303	600.142
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgate (Aplicação) de aplicações financeiras		2.766	(2.745)	8.166	(7.655)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(212.830)	(93.828)	(224.019)	(96.706)
Formação de canaviais (Planta portadora)		(189.036)	(216.512)	(189.036)	(216.512)
Aquisições de bens intangíveis		(200)	(2.484)	(200)	(2.484)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado		2.130	3.615	2.690	8.623
Aumento de capital em coligada e controlada	14	(19.151)	(17.996)	(10.491)	(24.120)
Redução de capital em controlada	14		9.675		
Recebimento pela venda de outros investimentos			449		449
Dividendos recebidos de outros investimentos		33	101	33	101
Dividendos recebidos	14	53.859	61.183	34.921	40.469
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(362.429)	(258.542)	(377.936)	(297.835)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamento mercantil	16	(209.798)	(215.342)	(209.798)	(215.342)
Dividendos pagos		(32.265)	(38.211)	(32.265)	(38.211)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		5.795	11.263	5.795	11.263
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(277.098)	(315.528)	(277.098)	(315.528)
Captações de empréstimos e financiamentos	18	202.857	328.232	202.857	328.232
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(310.509)	(229.586)	(310.509)	(229.586)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		212.717	63.178	223.858	72.721
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	440.288	377.110	475.848	403.127
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	653.005	440.288	699.706	475.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do valor agregado Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e produtos	24	1.630.748	1.366.915	1.668.425	1.419.082
Receita relativa a construção de ativos próprios (i)		371.654	401.132	371.654	401.132
Outras Receitas		31.892	(74.540)	33.100	(68.945)
		2.034.294	1.693.507	2.073.179	1.751.269
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas		(519.290)	(515.760)	(519.018)	(513.297)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(259.916)	(223.844)	(265.646)	(233.508)
		(779.206)	(739.604)	(784.664)	(746.805)
Valor adicionado bruto		1.255.088	953.903	1.288.515	1.004.464
Depreciação e amortização		(399.448)	(384.711)	(410.789)	(397.144)
Ativo biológico colhidos		(184.621)	(147.474)	(184.621)	(147.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		671.019	421.718	693.105	459.846
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		37.271	58.664	10.199	21.623
Receitas financeiras		64.133	67.627	70.688	72.168
Outras (ii)		222.854	81.276	224.187	76.702
Valor adicionado total a distribuir		995.277	629.285	998.179	630.339
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		184.940	157.272	184.951	157.547
Benefícios		26.570	21.737	26.570	21.778
FGTS		15.077	14.578	15.077	14.596
Honorários dos administradores		5.075	4.852	5.075	4.852
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (inclui tributos diferidos)		166.311	41.495	173.541	53.055
Estaduais		29.124	10.084	29.390	10.343
Municipais		1.426	1.426	1.437	1.464
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros (inclui realização AVP dos arrendamentos)		183.622	182.559	183.633	182.751
Aluguéis (iii)		10.190	17.823	5.795	6.786
Variações cambiais e monetárias		20.376	38.355	20.376	38.355
Outras		1.435	5.077	1.203	4.785
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio creditados		50.294	26.029	50.294	26.029
Lucros retidos do exercício		300.837	107.998	300.837	107.998
Valor adicionado distribuído		995.277	629.285	998.179	630.339

- (i) A receita relativa à construção de ativos próprios é composta pelos gastos com a formação do ativo biológico (Tratos culturais) e a lavoura (Plantio);
- (ii) A rubrica de “Outras” é composta substancialmente, pelo recebimento da indenização do IAA (Nota 26); e
- (iii) Gastos com aluguéis não contemplam a amortização do Direito de uso.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Informações sobre o Grupo

A Usina Santa Adélia S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, possui participações em outras sociedades e explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (“Copersucar”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos cooperados. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os cooperados conforme estabelecido no estatuto e regulamentos da Copersucar.

No ano safra encerrado em 31 de março de 2024, a moagem total foi de 6.109 mil toneladas de cana de açúcar (safra anterior – 4.758 mil), resultando na produção de 200.081 toneladas de açúcar branco e bruto (safra anterior – 139.374 toneladas), 380.622 m³ de etanol (safra anterior – 305.171 m³) e na exportação de 362.193 MWh de energia elétrica (safra anterior – 292.567 MWh).

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas e coligadas:

Empresa	Atividades principais
Pioneiros Bioenergia S.A. (Controlada)	Locação de tanques e armazéns.
Companhia Brasileira de participações em Bioeletricidade (Controlada)	Participação em outras companhias cujo objetivo seja implementação, exploração e venda de energia elétrica e vapor gerados em usinas de co-geração de energia elétrica a partir de bagaço de cana-de-açúcar e outros combustíveis.
Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açúcar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açúcar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Termoelétrica Santa Adélia Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Termoelétrica Interlagos Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Copersucar S.A. (Coligada)	Comercializadora global de açúcar e etanol, com logísticas integradas em toda cadeia de negócio, com excelência operacional e geração de valor de forma sustentável.
CTC – Centro de tecnologia Canavieira S.A (Coligada)	Pesquisas e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. Testes e análises técnicas, na produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificada.

2 Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e pelos ativos biológicos que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2024.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como moagem de cana e energia elétrica gerada não foram auditados pelos auditores independentes.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de março de 2024 e 2023:

- Pioneiros Bioenergia S.A. (“Pioneiros”)
- Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade - (“CBPB”)
- Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. (“Termo Ilha Solteira”)
- Pioneiros Termoelétrica Sud Mennuci Ltda. (“Termo Sud Mennuci”)
- Termoelétrica Santa Adélia Ltda. (“Termo Santa Adélia”)
- Termoelétrica Interlagos Ltda. (“Termo Interlagos”)

A Usina Santa Adélia S.A. controla, direta ou indiretamente, com 100% de participação todas essas entidades.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação são mensurados inicialmente pelos valores justos na data de aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial, anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(ii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2 Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

2.3 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e

- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como o ativo biológico) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.5 Receita de contrato com cliente

O Grupo fabrica e vende açúcar e etanol. As vendas desses produtos são reconhecidas quando os produtos são entregues aos clientes, os quais passam a ter os benefícios e assumem todos os riscos inerentes aos produtos vendidos. Todas as operações de venda de açúcar e etanol do Grupo, são efetuadas através da cooperativa - Copersucar.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e Termoelétrica Interlagos Ltda. geram, compram e vendem energia elétrica. A receita com a venda de energia elétrica é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês.

Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros na Nota 2.11.

Operações com a cooperativa

As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração efetuadas pela cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

2.6 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Lucro real

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Lucro presumido

Para as Termoelétricas, empresas controladas, a Companhia adota tributação com base no lucro presumido e opta pelo recolhimento pelo regime de caixa, para cálculo do imposto corrente. O lucro presumido representa 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social dos valores recebidos a título de venda de energia elétrica e 100% dos valores recebidos a título de outras receitas.

As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados com o seu plano de negócios e planejamento estratégico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

O Grupo classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

2.8 Distribuição de lucros

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.9 Imobilizado

Os terrenos compreendem as propriedades onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e suas controladas.

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico ou reavaliado até 31 de dezembro de 2008, menos despesas de depreciação e provisão para não realização (*impairment*). A Companhia e suas controladas optaram pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no pronunciamento técnico – CPC 27 e Interpretação técnica – ICPC 10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizado existente em 1º de abril de 2009.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os adiantamentos a fornecedores de bens destinados ao ativo imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. As taxas estão divulgadas na Nota explicativa 13. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, normalmente no período compreendido entre dezembro e março ao final de cada período de moagem. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra, bem como a depreciação desse período. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.11 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de março de 2024 e 2023 o Grupo possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o décimo ano.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de março ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.18 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos tratos culturais nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo, menos as despesas de vendas.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são registrados no exercício na subconta "Variação no valor justo do ativo biológico" na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

Em determinadas circunstâncias, o valor justo estimado, menos as despesas de venda, se aproxima do correspondente custo de tratos, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando se espera que o impacto dessa transformação sobre o valor justo não seja material, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo.

2.19 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir ao Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.20 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos e financiamentos.

2.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (em 1º de abril de 2023, no caso do Grupo). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

CPC 50 - Contratos de Seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração;

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23

As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, uma vez que o Grupo já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

2.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, foram emitidas alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidas alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, foram emitidas alterações CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 (em 1º de abril de 2024, no caso do Grupo). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

2.23 Política de *Hedge accounting*

A partir de 1º de julho de 2023 a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para garantir proteção contra os riscos de variação cambial e da oscilação do preço da *commodity* açúcar. O objeto de *hedge*, o item protegido, é a receita futura das vendas de açúcar em operações consideradas altamente prováveis. O instrumento de *hedge* é o instrumento financeiro derivativo de opções, especificamente na modalidade “*Zero Cost Collar*”, utilizado para proteção de um ou mais riscos financeiros, originados pelo objeto de *hedge*. Os instrumentos eleitos para a designação efetuam cobertura de vendas da safra atual e de safras futuras e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Ainda, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia também passou a adotar *hedge accounting* de fluxo de caixa para seus contratos de *Swap* de taxas de juros e de moeda estrangeira, atrelados a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em ambos os casos, a Companhia, no início da operação, efetua a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração e são submetidas a testes periódicos de efetividade.

Apenas a parcela dos instrumentos financeiros não derivativos designada para proteção (as vendas futuras altamente prováveis), alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionados a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

No caso dos *Swaps*, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, também tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz, quando aplicável, é registrado no resultado do exercício no "Resultado financeiro".

Em ambos os casos os valores acumulados no patrimônio líquido serão realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* e as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota 23 (e).

3 Estimativas e premissas contábeis significativas

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Mensuração ao valor justo do ativo biológico

Os valores justos dos ativos biológicos da Companhia representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo das propriedades e as análises de sensibilidade são fornecidas na Nota explicativa 12.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e do planejamento estratégico para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota explicativa 15.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A controladora possui prejuízos fiscais contabilizados no valor de R\$ 72.172 (março de 2023 – R\$ 94.147), as controladas do Grupo apresentam prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 98.455 (março de 2023 - R\$ 98.983) não contabilizados.

Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Todas as operações de venda de açúcar e etanol da Companhia, são efetuadas através da cooperativa - Copersucar. Assim, a Companhia utiliza em suas projeções e revisões mensais, a estratégia de fixação de preços das exportações e vendas no mercado interno e externo definida pela cooperativa.

As controladas indiretas não possuem política formal de gerenciamento de risco para o mercado de energia elétrica, no entanto, a administração entende que pela natureza da operação, a exposição a riscos financeiros está restrita ao índice de reajustes dos contratos firmados (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Desta forma, a administração entende que se trata de um risco financeiro plenamente aceitável e em linha com a estratégia de longo prazo de seus acionistas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

O montante indexado ao dólar norte-americano na data do balanço patrimonial consolidado referente a empréstimos e financiamentos que montam em US\$ 28.097 mil equivalentes a R\$ 140.378 mil (2023 – US\$ 26.379 mil equivalentes a R\$ 134.016)

Para mitigar estes riscos o Grupo possui uma política de *hedge* que determina a cobertura das posições por meio da contratação de *Swap* no momento da tomada do risco.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados não sendo utilizados para fins especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger (i) as operações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados e (ii) na comercialização de açúcar contra riscos de flutuação da taxa cambial e flutuação dos preços.

Como descrito na nota explicativa 2.23, a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* para a contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia implementou a prática contábil do *hedge accounting*, com o objetivo de ordenar os efeitos dos hedges no mesmo período em que a exposição protegida é reconhecida. Assim, em atendimento ao CPC 48, correlacionado ao IFRS 9, a adoção dessa metodologia foi realizada de forma prospectiva para as operações pré-existentes, bem como para as novas operações, mediante a designação para fins de *hedge accounting*, cujos derivativos são mensurados pelo valor justo e suas correspondentes variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação ou, com base na adoção inicial da política para as operações pré-existentes, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*, em observância à sua política de gestão de risco.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

A Composição dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de *hedge* na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é:

Controladora e Consolidado							
	Volume contratado (*)	Preço médio (em reais) (*)	Valor de referência - R\$	Indexadores	Valor justo	(-) Tributos diferidos	Efeito no patrimônio líquido
Contratos de Swap			200.000	IPCA / CDI	(2.253)	766	(1.487)
Contratos de Swap			132.857	USD / CDI	(1.042)	354	(688)
Contratos de Opções	175.370	2.460	848.836		(8.293)	2.820	(5.473)
	175.370		1.181.693		(11.588)	3.940	(7.648)

(*) Açúcar, em toneladas.

(b) Risco de crédito

Considerando que a totalidade da produção de açúcar e etanol é entregue a Cooperativa - Copersucar, a administração entende que está, preponderantemente, exposta a um baixo nível de risco de crédito, assim como para os demais recebíveis decorrentes da venda subprodutos e demais materiais, dado a representatividade destes recebíveis.

No mercado de energia elétrica, a controlada indireta, Termoelétrica Interlagos Ltda. tem como clientes, parte, empresas participantes do 1º Leilão de Energia Nova de 2005 e parte no mercado livre, a Termoelétrica Santa Adélia Ltda. tem como cliente, empresas no mercado livre. A Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. tem como único cliente a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. tem como clientes empresas participantes do Leilão de Fontes Alternativas de 2007. Dado ao baixo risco de crédito da Eletrobrás e o histórico de adimplência nos pagamentos dos demais clientes, a administração entende que este é um risco de crédito administrado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria.

(d) Gestão de capital

O Grupo gere seus investimentos em capital para assegurar que as entidades dependentes tenham assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços.

A gestão do capital é realizada pela administração do Grupo, com enfoque no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados. Para este propósito é necessário o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de outros valores de liquidez imediata. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.015.023	1.071.254
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(699.706)	(475.848)
(-) Aplicações financeiras		(8.166)
(-) Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(15.336)	(12.460)
Dívida líquida	299.981	574.780
Total do patrimônio líquido	1.303.543	1.031.731
Capital total (Dívida líquida + Patrimônio líquido)	1.603.524	1.606.511
Índice de alavancagem financeira - %	19%	36%

(e) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, relacionados às variações do CDI e Selic. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Como referência utilizamos o CDI na data base 31 de março de 2024 a 10,65% ao ano.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

Usina Santa Adélia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Controladora	
					Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
	Nota	2024	Cenário provável			
Caixa e equivalente de caixa	CDI	6	652.949	74.956	25%	18.234
					50%	36.039
Empréstimos e financiamentos	CDI	18	676.411	(68.494)	25%	(5.921)
					50%	(11.702)
Empréstimos e financiamentos	Selic	18	117.726	(1.926)	25%	(1.098)
					50%	(2.169)
Debêntures	CDI	18	220.870	(15.325)	25%	(2.218)
					50%	(4.385)

					Consolidado	
					Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
	Nota	2024	Cenário provável			
Caixa e equivalente de caixa	CDI	6	699.610	80.217	25%	19.535
					50%	38.612
Empréstimos e financiamentos	CDI	18	676.411	(68.494)	25%	(5.921)
					50%	(11.702)
Empréstimos e financiamentos	Selic	18	117.726	(1.926)	25%	(1.098)
					50%	(2.169)
Debêntures	CDI	18	220.870	(15.325)	25%	(2.218)
					50%	(4.385)

5 Instrumentos financeiros por categoria

Categoria de Instrumento financeiro	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	56	63	96	328
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	652.949	440.225	699.610	475.520
Aplicações financeiras	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		2.766		8.166
Contas a receber de clientes	Mensurados ao custo amortizado	14.010	15.594	16.192	19.384
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	19.394	20.651	19.394	20.651
Contas a receber cooperativa	Mensurados ao custo amortizado	52.035	109.905	52.035	109.905
Dividendos a receber	Mensurados ao custo amortizado	304	434	304	434
Outros ativos	Mensurados ao custo amortizado	12.670	3.512	12.785	3.718
Depósitos judiciais	Mensurados ao custo amortizado	149.641	126.540	151.001	127.738
		901.059	719.690	951.417	765.844
Passivo					
Fornecedores	Mensurados ao custo amortizado	97.544	93.956	100.084	92.474
Empréstimos e financiamentos	Mensurados ao custo amortizado	1.015.023	1.071.254	1.015.023	1.071.254
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.058	8.191	4.058	8.191
Instrumentos financeiros derivativos - Opções açúcar (ii)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.313		6.313	
Dividendos a pagar	Mensurados ao custo amortizado	50.294	18.649	50.294	18.649
Arrendamento e parcerias a pagar	Mensurados ao custo amortizado	894.546	866.247	894.546	866.247
Outros passivos	Mensurados ao custo amortizado	37.474	18.388	60.887	46.859
		2.105.252	2.076.685	2.131.205	2.103.674

- (i) Referem-se a *Swap* de moeda e taxa de juros, sendo: *Swap* de valor justo (USD) com valor de referência (*nocional*) de US\$ 27.766 mil (2023 – US\$ 25.844 mil) e *Swap* de valor justo (BRL) com valor referência (*nocional*) de R\$ 242.948 (2023 – R\$ 286.677), totalizando um valor justo de R\$ 15.336 (março de 2023 – R\$ 12.460).
- (ii) Referem-se a opções denominadas “*Zero Cost Collar*”, (compra de *Put* e venda de *Call*). Os derivativos foram designados para proteção dos fluxos de caixa relacionados à variação do preço do açúcar e da variação cambial referente as vendas futuras de açúcar.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	29	26	29	26
Bancos contas correntes	27	37	67	302
Depósitos bancários de curto prazo	652.949	440.225	699.610	475.520
	653.005	440.288	699.706	475.848

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras, indexados de 80% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (92% a 110% em 2023), de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras de curto prazo		2.766		8.166
		2.766		8.166

As aplicações financeiras referiam-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com remuneração de 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2023, resgatáveis na data de seus vencimentos, que não excediam 12 meses.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes no país	14.281	15.331	16.862	19.437
Contas a receber partes relacionadas	399	316		
(-) Provisão para perdas esperadas	(670)	(53)	(670)	(53)
	14.010	15.594	16.192	19.384
Circulante	7.999	9.002	10.181	12.792
Não circulante	6.011	6.592	6.011	6.592

O “Aging list” das contas a receber está apresentado conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer:				
até 90 dias	2.891	1.051	5.074	4.841
até 180 dias	430	26	430	26
até 365 dias	4.701	7.905	4.700	7.905
Acima 1 ano	6.011	6.592	6.011	6.592
	14.033	15.574	16.215	19.364
Vencidas:				
até 180 dias	622	20	622	20
Acima 1 ano	25	53	25	53
	647	73	647	73
	14.680	15.647	16.862	19.437

9 Contas a receber - Cooperativa

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Direitos de safra	52.035	109.905
Circulante	51.877	108.981
Não circulante	158	924

Correspondem a recebíveis decorrentes das operações com a Copersucar, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 5 de dezembro de 1986. Há um fluxo contratual de pagamentos predeterminado, sendo que a liquidação financeira da safra corrente sempre ocorrerá até 31 de maio próxima safra. Na data destas demonstrações financeiras não há contas a receber vencidos.

Ação de preços – IAA

A Companhia, assim como outras usinas cooperadas da Copersucar, é parte ativa em ação indenizatória decorrente de prejuízos sofridos pelas usinas com a intervenção do governo nos preços do açúcar e do álcool nos anos 1980. Estas ações foram julgadas procedentes e o poder judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa. A partir de 2017 as indenizações foram reconhecidas através da emissão de precatórios, que foram efetivamente pagos, de forma parcelada, entre 2019 e 2024, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado			
	1° Precatório	2° Precatório	3° Precatório	Total
2019	19.781			19.781
2020	24.006	39.120		63.126
2021	24.725	45.025		69.750
2022	26.617	48.508		75.125
2023	30.520	55.571		86.091
2024	32.163	120.897	75.396	228.456
	157.812	309.121	75.396	542.329

10 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Produtos acabados - Açúcar e etanol	9.300	935
CBIOs	32.320	16.185
Materiais de almoxarifado e insumos agrícolas	45.073	42.876
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar	4.968	4.143
Ajuste ao valor recuperável - etanol	(348)	
Provisão para perdas com itens obsoletos	(2.090)	(1.819)
	89.223	62.320

Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização.

Os saldos de materiais de almoxarifado e insumos agrícolas estão apresentados a custo, enquanto os produtos acabados são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois o menor.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, o valor de R\$ 271 foi reconhecido como uma redução de estoques no resultado, em custo de vendas (R\$ 594 em 2023).

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	11.210	8.562	12.515	9.291
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	8.843	5.884	9.483	6.726
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	19.440	23.555	19.440	23.555
Outros	971	919	1.352	1.302
	40.464	38.920	42.790	40.874
Circulante	21.271	24.028	23.597	25.982
Não circulante	19.193	14.892	19.193	14.892

Os tributos a recuperar serão compensados no curso normal das atividades do Grupo, através da utilização junto a outros tributos federais, estaduais e previdenciários. Parte substancial dos créditos de ICMS, PIS e COFINS serão transferidos à Cooperativa de acordo com as regras e políticas dos cooperados, assim como já ocorre recorrentemente durante a safra.

Em relação ao IRRF, a administração estima que a realização ocorrerá integralmente durante os próximos 12 meses.

Para parte dos créditos de ICMS, a administração estima sua utilização para um período mínimo de cinco safras.

12 Ativo biológico

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 63.286 hectares (2023 - 65.885) de lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no estado de São Paulo. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar e etanol.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Custo de formação	182.618	184.621
Varição do valor justo	97.715	63.480
	280.333	248.101

A movimentação do ativo biológico durante os exercícios findos em 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
No início do exercício	248.101	283.197
Aumento decorrente de tratos culturais	182.618	184.621
Redução decorrente de colheita	(184.621)	(147.474)
Realização do valor justo ativo biológico	(63.480)	(135.723)
Variação no valor justo	97.715	63.480
No final do exercício	280.333	248.101

O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 (Nota 2.4) e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da produtividade futura da cana-de-açúcar, um ano e meio, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol.
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com corte, transbordo e transporte - CTT; (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) tributos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determinam-se os fluxos de caixa futuros a serem gerados, os quais são ajustados a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo e a realização deste custo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados" no resultado.

As principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como seguem:

	2024	2023
Área (ha)	63.286	65.885
TCH médio	96,54	72,22
Quantidade de KGs de ATR	134,37	135,34
R\$ por KG de ATR	1,20	1,17
Corte, transbordo, e transporte (CTT) reais por tonelada de cana)	36,66	38,81

O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração nas datas das demonstrações financeiras e são revisadas mensalmente.

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 18.727. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 20.230.

13 Imobilizado

Controladora:

Custo	Taxa	2022	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2023	Custo	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2024	
Terrenos		1.072					1.072	Terrenos		1.072					1.072	
Edificações e benfeitorias		124.480				1.419	125.899	Edificações e benfeitorias		125.899				1.719	127.618	
Equipamentos e instalações		723.553	69.349	(2.860)	(67.758)	42.805	765.089	Equipamentos e instalações		765.089	79.527	(7.400)	(72.650)	43.652	808.218	
Veículos		133.599		(2.493)	(7.017)	3.486	127.575	Veículos		127.575		(523)	(2.552)	15.548	140.048	
Móveis e utensílios		3.683		(340)		153	3.496	Móveis e utensílios		3.496				135	3.631	
Obras em andamento		27.159	36.271		(1.714)	(49.110)	12.606	Obras em andamento		12.606	146.783		(311)	(63.179)	95.899	
Planta portadora		919.945	249.148		(98.368)		1.070.725	Planta portadora (i)		1.070.725	227.223		(192.039)		1.105.909	
Outros		8.218		(521)		1.247	8.944	Outros		8.944		(179)		2.125	10.890	
		1.941.709	354.768	(6.214)	(174.857)		2.115.406			2.115.406	453.533	(8.102)	(267.552)		2.293.285	
Depreciação	Taxa	2022	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2023	Depreciação	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2024	
Edificações e benfeitorias	3,11%	(61.859)	(2.251)				(64.110)	Edificações e benfeitorias	3,12%	(64.110)	(2.250)				(66.360)	
Equipamentos e instalações	9,68%	(407.806)	(103.807)	1.708	66.469		(443.436)	Equipamentos e instalações	9,05%	(443.436)	(106.922)	4.017	72.370		(473.971)	
Veículos	10,06%	(113.840)	(2.694)	2.384	6.555		(107.595)	Veículos	10,63%	(107.595)	(2.698)	515	2.491		(107.287)	
Móveis e utensílios	10,65%	(2.635)	(209)	256			(2.588)	Móveis e utensílios	10,61%	(2.588)	(200)				(2.788)	
Planta portadora	20,00%	(429.157)	(130.110)		98.368		(460.899)	Planta portadora	20,00%	(460.899)	(166.267)		192.039		(435.127)	
Outros	19,93%	(5.823)	(785)	487			(6.121)	Outros	19,92%	(6.121)	(986)	178			(6.929)	
		(1.021.120)	(239.856)	4.835	171.392		(1.084.749)			(1.084.749)	(279.323)	4.710	266.900		(1.092.462)	
Saldo líquido							2023	2022		Saldo líquido					2024	2023
Terrenos							1.072	1.072	Terrenos						1.072	1.072
Edificações e benfeitorias							61.789	62.621	Edificações e benfeitorias						61.258	61.789
Equipamentos e instalações							321.653	315.747	Equipamentos e instalações						334.247	321.653
Veículos							19.980	19.759	Veículos						32.761	19.980
Móveis e utensílios							908	1.048	Móveis e utensílios						843	908
Obras em andamento							12.606	27.159	Obras em andamento						95.899	12.606
Planta portadora							609.826	490.788	Planta portadora						670.782	609.826
Outros							2.823	2.395	Outros						3.961	2.823
							1.030.657	920.589							1.200.823	1.030.657

Consolidado:

Custo	Taxa	2022	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2023	Custo	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2024	
Terrenos		1.877						1.877	Terrenos		1.877						1.877	
Edificações e benfeitorias		135.012		(706)		1.419		135.725	Edificações e benfeitorias		135.725				1.719	1.085	138.529	
Equipamentos e instalações		949.613	69.325	(5.156)	(67.758)	45.147	(45.087)	946.084	Equipamentos e instalações		946.084	80.957	(8.108)	(74.384)	48.569	2.367	995.485	
Veículos		159.075		(2.493)	(7.088)	3.486		152.980	Veículos		152.980		(523)	(2.552)	15.548		165.453	
Móveis e utensílios		3.900		(347)		153		3.706	Móveis e utensílios		3.706		(4)		135		3.837	
Obras em andamento		30.080	40.161		(1.721)	(51.561)		16.959	Obras em andamento		16.959	158.612		(311)	(68.096)		107.164	
Planta portadora		919.945	249.148		(98.368)			1.070.725	Planta portadora (i)		1.070.725	227.223		(192.039)			1.105.909	
Outros		8.650		(515)		1.356		9.491	Outros		9.491		(179)		2.125		11.437	
		2.208.152	358.634	(9.217)	(174.935)		(45.087)	2.337.547			2.337.547	466.792	(8.814)	(269.286)		3.452	2.529.691	
Depreciação	Taxa	2022	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2023	Depreciação	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2024	
Edificações e benfeitorias	3,11%	(70.668)	(2.290)	706				(72.252)	Edificações e benfeitorias	3,09%	(72.252)	(2.317)					(70)	(74.639)
Equipamentos e instalações	9,62%	(566.381)	(115.771)	4.004	66.469		38.259	(573.420)	Equipamentos e instalações	9,17%	(573.420)	(117.763)	4.697	72.371		(473)		(614.588)
Veículos	10,06%	(139.086)	(2.761)	2.384	6.587			(132.876)	Veículos	10,71%	(132.876)	(2.762)	515	2.491				(132.632)
Móveis e utensílios	10,65%	(2.849)	(209)	262				(2.796)	Móveis e utensílios	10,61%	(2.796)	(200)	4					(2.992)
Planta portadora	20,00%	(429.157)	(130.110)		98.368			(460.899)	Planta portadora	20,00%	(460.899)	(166.267)		192.039				(435.127)
Outros	19,84%	(6.193)	(800)	487				(6.506)	Outros	19,86%	(6.506)	(1.012)	178					(7.340)
		(1.214.334)	(251.941)	7.843	171.424		38.259	(1.248.749)			(1.248.749)	(290.321)	5.394	266.901		(543)	(1.267.318)	
Saldo líquido							2023	2022	Saldo líquido								2024	2023
Terrenos							1.877	1.877	Terrenos								1.877	1.877
Edificações e benfeitorias							63.473	64.344	Edificações e benfeitorias								63.890	63.473
Equipamentos e instalações							372.664	383.232	Equipamentos e instalações								380.897	372.664
Veículos							20.104	19.989	Veículos								32.821	20.104
Móveis e utensílios							910	1.051	Móveis e utensílios								845	910
Obras em andamento							16.959	30.080	Obras em andamento								107.164	16.959
Planta portadora							609.826	490.788	Planta portadora								670.782	609.826
Outros							2.985	2.457	Outros								4.097	2.985
							1.088.798	993.818									1.262.373	1.088.798

- (i) No exercício findo em 31 de março de 2024 a rubrica de “Planta portadora” inclui o montante de R\$ 38.187 (R\$ 42.950 em 2023), decorrente da apropriação dos custos com arrendamentos e parcerias de áreas de reforma e expansão. Estes custos são adicionados ao custo de formação da planta portadora e serão amortizados à taxa de 20% a.a.. Neste exercício o montante de R\$18.904 (R\$ 10.314 em 2023) foi amortizado e integrou o custo de produção de cana.
- (ii) Reversão/(Constituição) de provisão para redução ao valor recuperável pela possibilidade de utilização dos ativos em novos projetos.

13.1 Notas sobre o imobilizado

- (i) Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para Edificações e benfeitorias e Equipamentos e instalações, em conformidade com a Interpretação Técnica - ICPC 10 emitido pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado. Em decorrência, nessa mesma data, foi registrada mais valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil econômica destes. O acréscimo no valor dos bens do ativo imobilizado, correspondente ao registro do custo atribuído à época, foi no montante de R\$ 68.819. O saldo em 2024 é de R\$ 15.308 (R\$ 18.035 em 2023).
- (ii) Em 31 de março de 2024, as obras em andamento referem-se, substancialmente, aos seguintes projetos:
- a) Usina de Jaboticabal: Recapeamento asfáltico da pista de entrada, Projeto sinal satelital, Filtro de caldo clarificado, Componentes da moenda e Ativos e sobressalentes estratégicos, Projeto vinhaça localizada e Sustaining cozedores de massa;
 - b) Usina de Pereira Barreto: Sistema de irrigação de gotejo, Construção fábrica de açúcar, Projeto sinal satelital, Equipamentos críticos sobressalentes, Componentes da moenda e Modernização redutor planetário.
- (iii) Em função de alguns empréstimos, financiamentos e debêntures, bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 43.558 (R\$ 47.030 em 2023) encontram-se gravados em garantia dos credores.

13.2 Custos de encargos financeiros capitalizados na formação da planta portadora

As lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras, classificadas como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte.

Os custos dos encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures tomados para financiar a formação destas lavouras, que inclui os arrendamentos e parcerias pagas sobre o uso da terra, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para seu uso pretendido. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo de 2024 foi de R\$ 28.821 (R\$ 19.026 em 2023).

13.3 Resultado na baixa do imobilizado

No exercício findo de 2024 o Grupo vendeu ativos imobilizados com um valor de custo líquido de R\$ 3.420 (R\$1.374 em 2023). Os ganhos (perdas) líquidas dessas alienações foram reconhecidos como parte de outras receitas e despesas operacionais na demonstração consolidada do resultado (Nota 26).

14 Investimentos

					Controladora	
	Pioneiros Bioenergia S.A.	CBPB	Copersucar S.A.	CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	2024	2023
(a) Informações sobre as investidas						
Quantidade de ações possuídas	282.288.277	2.251.557	65.493.716	760.001		
Participação no capital social (%)	100,00%	86,61%	5,31%	0,45%		
Patrimônio líquido	37.040	82.383	2.068.334	980.599		
Lucro líquido do exercício	7.514	20.729	298.315	153.576		
(b) Movimentação dos investimentos						
Classificados no ativo não circulante						
No início do exercício	30.762	63.795	115.654	3.853	214.064	203.579
Aporte de capital		8.661	10.490		19.151	17.996
Dividendos		(19.055)	(34.641)	(163)	(53.859)	(61.617)
Redução de capital						(9.675)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo			4.910	4	4.914	5.117
Equivalência patrimonial	7.514	17.955			25.469	23.102
Participação nos resultados de coligadas			12.957	686	13.643	36.076
Resultado não realizado "Upstream"	(1.236)				(1.236)	478
Perdas com investimento			(605)		(605)	(992)
Investimentos	37.040	71.356	108.765	4.380	221.541	214.064
Intangíveis na aquisição de investimentos (i)						2.783
	37.040	71.356	108.765	4.380	221.541	216.847

(i) Referia-se a mais valia de intangíveis originado na combinação de negócios realizada em exercícios anteriores.

14.1 Investimentos no consolidado

	Consolidado			
	Copersucar S.A.	CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	2024	2023
(a) Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	87.781.087	760.001		
Participação no capital social (%)	6,97%	0,45%		
Patrimônio líquido	2.068.334	980.599		
Lucro líquido do exercício	298.315	153.576		
(b) Movimentação dos investimentos				
Classificados no ativo não circulante				
No início do exercício	141.659	3.853	145.512	135.556
Aporte de capital	10.490		10.490	24.120
Dividendos	(34.758)		(34.921)	(40.903)
Perda de capital pela distribuição desproporcional de dividendos	(2.839)		(2.839)	(13.461)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	4.910	4	4.914	5.117
Participação nos resultados de coligadas	12.957	686	13.643	36.076
Perdas com investimento	(605)		(605)	(992)
	131.814	4.380	136.194	145.513

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Usina Santa Adélia S.A. e a Pioneiros Bioenergia S.A., gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Além de um modelo de negócios considerado único no setor sucroenergético, a Copersucar S.A. estruturou também um modelo de governança corporativa transparente, incorporando as melhores práticas do mercado. Atualmente, membros da Administração da Usina Santa Adélia S.A. representam o Grupo nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.

14.2 Resumo das informações financeiras das controladas

	CBPB (Consolidado)		Pioneiros Bioenergia S.A.	
	2024	2023	2024	2023
Balanco patrimonial				
Ativo				
Circulante	49.434	46.557	3.399	4.077
Não circulante	60.755	58.733	50.476	41.819
Total do ativo	110.189	105.290	53.875	45.896
Passivo				
Circulante	27.806	31.636	1.031	767
Não circulante			13.039	12.838
Patrimônio líquido	82.383	73.654	39.805	32.291
Total do passivo e patrimônio líquido	110.189	105.290	53.875	45.896
Demonstração do resultado				
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	61.717	74.343	3.989	9.910
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(42.803)	(47.043)	(2.573)	(1.213)
Lucro bruto	18.914	27.300	1.416	8.697
Despesas gerais e administrativas	(2.179)	(1.723)	(10)	(11)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.857	3.922	5.456	(1.864)
Resultado de equivalência patrimonial			2.776	4.093
Lucro operacional	19.592	29.499	9.638	10.915
Despesas financeiras	(43)	(79)	(63)	(1.107)
Receitas financeiras	5.510	5.498	1.294	275
Resultado financeiro	5.467	5.419	1.231	(832)
Participação nos lucros de coligadas			(2.839)	(13.461)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	25.059	34.918	8.030	(3.378)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.330)	(4.345)	(516)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.729	30.573	7.514	(3.378)

15 Intangível

15.1 Controladora

	Controladora				Taxa de amortização
	Custo	Amortização acumulada	2024	2023	
Agio (<i>goodwill</i>) (i)	166.653		166.653	166.653	
Softwares	3.937	(942)	2.995	3.431	20,60%
Direito de uso	8.432	(6.925)	1.507	2.584	12,77%
	179.022	(7.867)	171.155	172.668	

15.2 Consolidado

	Consolidado				Taxa de amortização
	Custo	Amortização acumulada	2024	2023	
Contratos de comercialização de energia elétrica (CBPB e controladas)	80.060	(80.060)		4.216	8,33%
Softwares	3.937	(942)	2.995	3.431	20,60%
Direito de uso	15.330	(10.483)	4.847	6.269	9,27%
Ágio (<i>goodwill</i>) (i)	166.653		166.653	166.653	
	265.980	(91.485)	174.495	180.569	

- (i) De acordo com CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (*goodwill*), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (*impairment*) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa “UGC” que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes.

Em 31 de março de 2024 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para Safra 2024/2025 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas nove safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de dez anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo.

As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	2024	2023
Taxa média de crescimento da receita operacional	3,01%	2,95%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade	3,18%	3,28%
Taxa de desconto nominal (WACC)	11,91%	13,47%

Assim, não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo de 31 de março de 2024 e 2023, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas.

16 Direito de uso e arrendamento a pagar e parcerias agrícolas a pagar

O direito de uso é originado quando da celebração de contratos que transferem ao Grupo o direito de controlar o uso de um ativo por tempo determinado, mediante pagamento, enquadrados como contratos de arrendamentos, locação de veículos e parcerias agrícolas, embora essa última modalidade, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

16.1 Direito de uso

	Controladora e Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Ativo de direito de uso
Saldo em 31 de março de 2022	238	14.505	702.301	59.598	776.642
Adição por novos contratos	8.258		63.550	4.865	76.673
Baixa de contrato	(101)				(101)
Remensuração			92.052	(1.311)	90.741
Amortização	(2.497)	(7.526)	(146.987)	(12.762)	(169.772)
31 de março de 2023	5.898	6.979	710.916	50.390	774.183
Adição por novos contratos	3.769	7.616	111.690	13.732	136.807
Baixa de contrato		(3.657)	(3.248)	(16)	(6.921)
Remensuração			28.298	1.704	30.002
Amortização	(2.832)	(6.672)	(124.306)	(12.909)	(146.719)
31 de março de 2024	6.835	4.266	723.350	52.901	787.352

16.2 Arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar

	Controladora e Consolidado			
	Saldo dos compromissos de arrendamento	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento mercantil
Saldo em 31 de março de 2022	1.145.564	(26.282)	(320.274)	799.008
Adição por novos contratos	135.109		(57.244)	77.865
Baixa de contrato	(101)			(101)
Remensuração	134.468		(26.804)	107.664
Pagamentos efetuados	(215.342)			(215.342)
Apropriação encargos financeiros			70.871	70.871
Liquidação com saldo de adiantamentos		26.282		26.282
31 de março de 2023	1.199.698		(333.451)	866.247
Adição por novos contratos	265.723		(128.916)	136.807
Baixa de contrato	(8.483)		1.119	(7.364)
Remensuração	43.065		(14.028)	29.037
Pagamentos efetuados	(209.798)			(209.798)
Apropriação encargos financeiros			79.617	79.617
31 de março de 2024	1.290.205		(395.659)	894.546
Circulante	210.645		(79.578)	131.067
Não circulante	1.079.560		(316.081)	763.479

No exercício findo em 31 de março de 2024 a taxa de desconto utilizada foi de 14,07% ao ano (15,37% em 2023).

Os saldos estimados de arrendamento e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Safra	Controladora e consolidado
De 01/04/2025 a 31/03/2026	85.678
De 01/04/2026 a 31/03/2027	115.840
De 01/04/2027 a 31/03/2028	111.063
De 01/04/2028 a 31/03/2029	89.692
De 01/04/2029 a 31/03/2030	61.087
De 01/04/2030 a 31/03/2031	47.038
De 01/04/2031 a 31/03/2032	47.005
De 01/04/2032 a 31/03/2033	47.226
De 01/04/2033 a 31/03/2034	50.218
A partir de 01/04/2034	108.632
	763.479

17 Fornecedores

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cana-de-açúcar	27.151	37.326	27.151	37.326
Equipamentos, materiais e serviços	69.598	48.836	72.705	50.827
Partes relacionadas	29 795	7.794	228	4.321
	97.544	93.956	100.084	92.474

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração o produto recebido e ainda não pago, bem como o complemento de preço calculado com base no preço estimado no final da safra. Contas a pagar a fornecedores de cana não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 60 dias.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo custo amortizado.

	Encargos financeiros incidentes	Controladora e consolidado	
		2024	2023
Moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 1,20% a 1,25% a.a.	205.000	52.419
	CDI + 1,70% a 2,35% a.a.	58.091	83.628
	CDI + 2,38% a 2,95% a.a.	47.725	143.176
	6,20% a 9,36% a.a. (i)	45.163	82.423
Finame	2,50% a 5,50% a.a.		189
	9,50% a 10,50% a.a.	16	80
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI + 1,90% a.a.	11.669	53.162
BNDES Renovabio	Variação da SELIC + 2,20% a.a.	117.726	119.777
Debêntures	IPCA + 6,88% a.a. (ii)	220.870	210.179
Inter-American Development Bank (IDB)	CDI + 2,95% a.a.		23.080
International Finance Corporation (IFC)	CDI + 2,60% a.a.	168.385	169.125
Moeda estrangeira			
Inter-American Development Bank (IDB)	3,50% a.a. + LIBOR 6M (iii)		34.946
International Finance Corporation (IFC)	5,32% a.a. (iv)	97.444	99.070
Capital de giro	6,68% a.a. (v)	42.934	
		1.015.023	1.071.254
Circulante		205.645	275.532
Não circulante		809.378	795.722

- (i) Parte do montante está indexado a 137,8% do CDI a.a. e parte está indexado ao CDI + 3,22% a.a., via contrato de *Swap*.
- (ii) A totalidade das Debêntures atreladas ao IPCA + 6,88% está indexada ao CDI + 1,77% a.a., via contrato de *Swap*.

- (iii) A totalidade do empréstimo com o Inter-American Development Bank (IDB) atrelado a LIBOR+ está indexado ao CDI + 3,38 % a.a., via contrato de *Swap*.
- (iv) A totalidade do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado ao CDI + 2,60% a.a., via contrato de *Swap*.
- (v) A totalidade do empréstimo de capital de giro está indexado ao CDI + 1,79% a.a., via contrato de *Swap*.
- (a) No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia concretizou a captação de recursos via Mercado de capitais, através de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme lei 12.431/11, com distribuição via oferta CVM 476 (Esforços restritos), no valor de R\$ 200.000. Esta emissão ocorreu em série única, com o prazo de 6 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, equivalentes a CDI + 1,775% a.a. e amortizações anuais de principal a partir do 36º mês de vigência.
- (b) O saldo exigível a longo prazo da dívida bruta dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição:

Safra	Controladora e consolidado	
	2024	2023
De 01/04/2024 a 31/03/2025		132.001
De 01/04/2025 a 31/03/2026	102.005	178.544
De 01/04/2026 a 31/03/2027	196.979	151.648
De 01/04/2027 a 31/03/2028	179.462	134.131
De 01/04/2028 a 31/03/2029	187.997	139.128
De 01/04/2029 a 31/03/2030	85.249	47.917
De 01/04/2030 a 31/03/2031	41.019	12.353
De 01/04/2031 a 31/03/2032	16.667	
	809.378	795.722

- (c) Para as garantias das operações de capital de giro foram oferecidas, aval de acionistas, recebíveis da cooperativa, alienação fiduciária de bens e fianças bancárias. Para as operações de Finame foram oferecidos os próprios bens financiados, bem como aval dos acionistas.

Adicionalmente a essas garantias, a Companhia deve observar determinadas cláusulas contratuais (“*covenants*”), tais como: liquidez corrente, despesas financeiras líquidas sobre o *EBITDA* e dívida líquida sobre *EBITDA*, vinculados a índices de performance e desempenho calculados com base nos índices anuais. Em 31 de março de 2024 e 2023 as cláusulas foram integralmente cumpridas.

A movimentação da dívida líquida nos exercícios apresentados é como segue:

	Controladora				
	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	1.007.152	(3.538)	(377.110)	(21)	626.483
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	328.232		(328.232)		
Pagamento de empréstimos	(315.528)		315.528		
Encargos financeiros pagos	(101.978)	(28.703)	130.681		
Pagamento de arrendamento mercantil			215.342		215.342
Resultado de Swap		11.263	(11.263)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(223.340)	(2.745)	(226.085)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	153.376	8.518	(161.894)		
Dívida líquida em 31 de março de 2023	1.071.254	(12.460)	(440.288)	(2.766)	615.740
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		277.098		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	127.905		
Pagamento de arrendamento mercantil			209.798		209.798
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(484.918)	2.766	(482.152)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
<i>MTM hedge accounting - Swap</i>		3.296			3.296
Dívida líquida em 31 de março de 2024	1.015.023	(15.336)	(653.005)		346.682

	Consolidado				
	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	1.007.152	(3.538)	(403.127)	(511)	599.976
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	328.232		(328.232)		
Pagamento de empréstimos	(315.528)		315.528		
Encargos financeiros pagos	(101.978)	(28.703)	130.681		
Pagamento de arrendamento mercantil			215.342		215.342
Resultado de Swap		11.263	(11.263)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(232.883)	(7.655)	(240.538)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	153.376	8.518	(161.894)		
Dívida líquida em 31 de março de 2023	1.071.254	(12.460)	(475.848)	(8.166)	574.780
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		277.098		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	127.905		
Pagamento de arrendamento mercantil			209.798		209.798
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(496.059)	8.166	(487.893)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
<i>MtM hedge accounting - Swap</i>		3.296			3.296
Dívida líquida em 31 de março de 2024	1.015.023	(15.336)	(699.706)		299.981

19 Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Salários e participações nos resultados	31.460	15.020
Provisão para férias	14.715	13.292
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	2.819	2.177
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	2.174	2.115
Provisão para 13º salário	2.714	2.554
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.155	1.087
	55.037	36.245

20 Tributos parcelados e sub-judice

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Tributos parcelados		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Copersucar	419	1.077
Tributos s/venda de marca - Copersucar	1.023	
	1.442	1.077
Circulante	1.442	
Não circulante		1.077
Tributos sub-judice		
IPI - Copersucar (i)	540	520
Liminar CPMF - Copersucar (i)	1.069	952
Crédito presumido de IPI - Copersucar (i)	21.084	21.146
Adiantamento honorários Pis/Cofins - Copersucar (i)		74
IPI sub-judice - Copersucar (i)	2.198	2.427
Pis/Cofins sobre receitas financeiras - Copersucar (i)	91	104
Tributos s/venda de marca - Copersucar (i)		2.630
Indenizatória - IAA (ii)	88.591	64.987
	113.573	92.840

- (i) Tributos sub-judice decorrem de obrigações tributárias em questionamento judicial, quando o contribuinte contesta na Justiça o valor de um imposto e/ou a exigibilidade de seu pagamento. Estes passivos decorrem de obrigações assumidas pela Copersucar - Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo e pela cooperada Usina Santa Adélia S.A. O principal questionamento refere-se ao crédito presumido de IPI.
- (ii) A Companhia, em conexão com a Copersucar, propôs medida judicial para discussão da cobrança do Imposto de renda e Contribuição social e realizou o recolhimento destes tributos mediante depósito judicial. Paralelamente, a Cooperativa propôs medida judicial objetivando afastar a exigência de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome da Cooperativa. A fim de garantir a não exigibilidade a Companhia procedeu com os depósitos judiciais relacionados conforme pode ser observado na nota explicativa 21.

21 Provisão para contingências

(a) Composição das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos compulsórios e judiciais				Provisões para contingências			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Tributárias	9.723	11.702	10.270	12.250	4.563	2.910	4.595	2.910
Indenizatória - IAA (i)	134.977	106.543	134.977	106.543				
Trabalhistas e previdenciárias	4.941	8.283	5.754	8.933	27.052	32.442	29.869	35.526
Reclamações cíveis		12		12			10.190	9.610
Ambientais					168	161	168	306
	149.641	126.540	151.001	127.738	31.783	35.513	44.822	48.352

(i) Indenizatória - IAA

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980, conforme mencionado na Nota 9.

A União também foi condenada a indenizar a Pioneiros Bioenergia S.A, controlada da Companhia, por uma ação da mesma natureza (0027945-79.2000.4.01.3400), com precatório emitido em 2021. O valor de R\$ 140.264 foi depositado em dezembro de 2023, no entanto, o levantamento encontra-se bloqueado em função da pendência do julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela União. O montante foi classificado como ativo contingente, considerando que a liberação financeira não está sob controle da entidade e pode ser fortemente influenciada pelo cenário político e econômico atual.

Na data destas demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração é de que o direito representa um crédito provável, no entanto, não pode ser considerado praticamente certo.

(b) Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora			
	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo em 31 de março de 2022	36.922	153		37.075
Adições	5.711		2.910	8.621
Reversões				
Pagamentos efetivos	(12.796)			(12.796)
Atualização monetária	2.605	8		2.613
Saldo em 31 de março de 2023	32.442	161	2.910	35.513
Adições	5.413		3.892	9.305
Reversões			(2.538)	(2.538)
Pagamentos efetivos	(12.944)			(12.944)
Atualização monetária	2.141	7	299	2.447
Saldo em 31 de março de 2024	27.052	168	4.563	31.783

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo em 31 de março de 2022	5.003	41.425	153		46.581
Adições	4.139	6.319	137	2.910	13.505
Reversões	(16)	(1.578)			(1.594)
Pagamentos efetivos	(3)	(13.624)			(13.627)
Atualização monetária	488	2.984	15		3.487
Saldo em 31 de março de 2023	9.611	35.526	305	2.910	48.352
Adições		5.663		3.921	9.584
Reversões	(57)	(169)	(145)	(2.538)	(2.909)
Pagamentos efetivos		(13.544)			(13.544)
Atualização monetária	636	2.394	7	302	3.339
Saldo em 31 de março de 2024	10.190	29.870	167	4.595	44.822

(c) Natureza das contingências:

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são suportadas por depósitos judiciais e seguros garantia. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- **Trabalhistas e previdenciárias:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre os valores de rescisão contratual.
- **Cíveis:** referem-se a ações de indenização por acidente de trabalho e de acidentes ocorridos com veículos do Grupo e com veículos de empresas terceirizadas.
- **Ambientais:** referem-se a ações relacionadas a situações ocorridas por queima de canavial (ocorrido por incêndio criminoso), manutenção de área de preservação permanente; corte de árvores sem licenciamento, dentre outros.

A Companhia e sua controlada Pioneiros Bioenergia S.A. são partes envolvidas em outras demandas administrativas e judiciais, sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como possível perda:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cíveis	1.497	1.508	521.018	484.245
Tributárias	77.763	75.935	99.049	77.060
Trabalhistas e ambientais	9.277	10.828	10.164	10.727
	88.537	88.271	630.231	572.032

O principal processo classificado pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda possível refere-se a uma ação cível da controlada Pioneiros Bioenergia S.A. com objetivo de ressarcir a Massa Falida do Banco Santos por conta de uma suposta emissão de títulos ocorrida em abril de 2004. Na data destas demonstrações financeiras o passivo contingente monta em R\$ 519.521 (R\$ 482.452 em 2023). O processo teve origem em período anterior a aquisição dessa controlada pela Companhia, e está considerado no contrato de compra e venda como objeto de ajuste de participação societária no caso de eventual perda patrimonial.

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	2022	Resultado	2023	Resultado	Patrimônio líquido	2024
Créditos tributários sobre:						
Prejuízo fiscal do imposto de renda	78.595	(9.369)	69.226	(16.158)		53.068
Base negativa da contribuição social	28.294	(3.373)	24.921	(5.817)		19.104
Provisão para contingências	13.589	2.342	15.931	(1.268)		14.663
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	8.918	3.364	12.282	8.931		21.213
Provisão para perdas	645	(265)	380	3.403		3.783
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	219	3.983	4.202	(4.202)		
Hedge accounting - fluxo de caixa swap					1.121	1.121
Hedge accounting - fluxo de caixa opções					2.820	2.820
	130.260	(3.318)	126.942	(15.111)	3.941	115.772
Débitos tributários sobre:						
Diferença de taxa de depreciação	(25.070)	(408)	(25.478)	(859)		(26.337)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(7.074)	942	(6.132)	927		(5.205)
Valor justo do ativo biológico	(46.132)	24.562	(21.570)	(11.639)		(33.209)
Depreciação acelerada incentivada	(15.770)	(7.754)	(23.524)	(4.168)		(27.692)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(1.203)	(3.033)	(4.236)	(978)		(5.214)
Depreciação acelerada Lavouras formadas				(38.041)		(38.041)
CPC 06 - Contratos de arrendamentos				(10.146)		(10.146)
Outras diferenças tributáveis		(4.739)	(4.739)	(3.488)		(8.227)
	(95.249)	9.570	(85.679)	(68.392)		(154.071)
IRPJ e CSLL líquidos	35.011	6.252	41.264	(83.503)	3.941	(38.299)

	Consolidado						
	2022	Resultado	Patrimônio líquido	2023	Resultado	Patrimônio líquido	2024
Créditos tributários sobre:							
Prejuízo fiscal do imposto de renda	78.595	(9.369)		69.226	(16.158)		53.068
Base negativa da contribuição social	28.294	(3.373)		24.921	(5.817)		19.104
Provisão para contingências	13.589	2.342		15.931	(1.268)		14.663
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	8.918	3.364		12.282	8.931		21.213
Provisão para perdas	645	(265)		380	3.403		3.783
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	220	3.982		4.202	(4.202)		
Hedge accounting - fluxo de caixa swap						1.121	1.121
Hedge accounting - fluxo de caixa opções						2.820	2.820
	130.261	(3.319)		126.942	(15.111)	3.941	115.772
Débitos tributários sobre:							
Diferença de taxa de depreciação	(25.070)	(409)		(25.479)	(858)		(26.337)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(7.074)	942		(6.132)	927		(5.205)
Valor justo do ativo biológico	(46.132)	24.562		(21.570)	(11.639)		(33.209)
Depreciação acelerada incentivada	(15.770)	(7.754)		(23.524)	(4.168)		(27.692)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(1.202)	(3.034)		(4.236)	(978)		(5.214)
Reserva de reavaliação do imobilizado	64	(64)					
Valor justo de ativos - Combinação de negócios	(5.716)	2.500	(1.782)	(1.434)	1.434		
Depreciação acelerada Lavouras formadas					(38.041)		(38.041)
CPC 06 - Contratos de arrendamentos					(10.146)		(10.146)
Outras diferenças tributáveis	(68)	(4.669)		(4.737)	(3.490)		(8.227)
	(100.968)	12.074	(1.782)	(87.112)	(66.959)		(154.071)
IRPJ e CSLL líquidos	29.293	8.755	(1.782)	39.830	(82.070)	3.941	(38.299)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

A controlada Pioneiros Bioenergia S.A. possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal do Imposto de renda e da base negativa da Contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidos no montante de R\$ 79.800 (R\$ 82.000 em 2023).

22.1 Período estimado de realização do imposto de renda sobre prejuízo fiscal e contribuição social sobre base negativa

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias dedutíveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de março de 2024, a expectativa da administração, consoante as projeções de resultados tributáveis futuros, é que os créditos tributários diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e sobre a base de cálculo negativa de contribuição social sejam realizados conforme a seguir:

	Consolidado						Total
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 60 meses	
Prejuízo fiscal e base negativa	1.956	7.921	14.805	18.834	28.410	246	72.172
Provisão para contingências						14.663	14.663
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA						21.213	21.213
Provisão para perdas	3.783						3.783
Diferença de taxa de depreciação	(1.144)	(1.144)	(1.144)	(1.144)	(1.144)	(20.617)	(26.337)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(1.236)	(1.236)	(1.236)	(1.236)	(261)		(5.205)
Valor justo do ativo biológico	(33.209)						(33.209)
Depreciação acelerada incentivada	(5.538)	(5.538)	(5.538)	(5.538)	(5.540)		(27.692)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(900)		(4.314)				(5.214)
Hedge accounting - fluxo de caixa swap	233	263	260	278	66	21	1.121
Hedge accounting - fluxo de caixa opções	2.168	652					2.820
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	(10.146)						(10.146)
Depreciação acelerada Lavouras formadas	(7.608)	(7.608)	(7.608)	(7.608)	(7.610)		(38.042)
Outras diferenças						(8.226)	(8.226)
	(51.641)	(6.690)	(4.775)	3.586	13.921	7.300	(38.299)

22.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	455.977	134.600	459.390	136.443
(-) Juros sobre o capital próprio	(84.505)	(44.463)	(84.505)	(44.463)
Lucro antes dos impostos	371.472	90.137	374.885	91.980
Alíquota padrão IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Estimativa de IRPJ e CSLL devido	(126.300)	(30.647)	(127.461)	(31.273)
Reconciliação para alíquota efetiva:				
Adições permanentes				
Resultado das investidas	(13.302)	(11.263)		7.352
Mais valia de combinação de negócios	(946)	(1.606)		
Despesas indedutíveis	(1.614)	(3.071)	(1.615)	(3.305)
Outras diferenças não dedutíveis	(741)		(741)	
Exclusões permanentes				
Resultado das investidas	25.973	31.546	3.467	
Outras receitas não tributáveis	11.319	12.413	10.891	11.751
Incentivos fiscais	624	1.620	624	1.620
Outras diferenças não tributáveis	141	435	142	434
Prejuízo fiscal não reconhecido e utilizado no exercício			2.204	3.418
Controladas tributadas pelo lucro presumido			4.230	7.587
Despesas com IRPJ e CSLL no resultado	(104.846)	(573)	(108.259)	(2.416)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(21.343)	(6.825)	(26.189)	(11.171)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(83.503)	6.252	(82.070)	8.755
	(104.846)	(573)	(108.259)	(2.416)
Alíquota efetiva	-22,99%	-0,43%	-23,57%	-1,77%

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por 173.812.270 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (Idêntico em 2023).

Em deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 08 de julho de 2022 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 155.000 como redução da conta de reserva de lucros, sem emissão de novas ações

Em deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2023 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 48.000, com a redução da conta reserva de lucros, de forma que o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 415.000, sem emissão de novas ações.

(b) Reservas de lucro

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia atingiu o limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros**

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de julho de 2023 foi aprovado a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 32.265, sendo R\$ 19.360 na forma de juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda, creditados ao exercício de 2023 e R\$ 12.905 como juros sobre o capital próprio creditados ao exercício de 2024. Ainda, neste ato, foi aprovada a reserva legal constituída de R\$ 6.793, além da capitalização do valor remanescente do lucro do exercício de 2023 como reserva de lucros. Considerando que após a destinação do resultado, o saldo da conta de reserva de lucros excedeu o valor do capital social da Companhia e diante do limite do artigo 199 da Lei das S.A., os acionistas aprovaram o aumento de capital da em R\$ 48.000. O excesso de reservas de lucros frente ao capital social existente em 31 de março de 2024, está disponível para deliberação dos acionistas.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos ou pagos pela Companhia em transações que não transitaram pelo resultado por se referirem a valores retificadores de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital entre sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para (i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital e (v) pagamento de dividendo cumulativo.

- **Mais valia de investimento**

Saldo decorrente do acréscimo patrimonial, resultado da troca de ações, quando da combinação de negócios para obtenção de controle da Pioneiros Bioenergia S.A. e da Companhia Brasileira de Bioeletricidade, ocorrido em 26 de março de 2012.

(d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 15% do lucro líquido do exercício.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de julho de 2023 foi aprovado a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 32.265, sendo R\$ 19.360 na forma de juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda e creditados ao exercício de 2023 e R\$ 12.905 como juros sobre o capital próprio creditados ao exercício de 2024, valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, constituído no final do exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

No exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia creditou juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 62.968, valor este que será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Movimentação dos dividendos:

Destinação dos resultados	2024	2023
Lucro líquido do exercício	351.131	134.027
(+) Realização do custo atribuído	1.801	1.829
(-) Reserva legal	(17.622)	(6.793)
Base para dividendos	335.310	129.063
Dividendos mínimos obrigatórios - 15% (i)	(50.294)	(19.359)
Lucro após Juros sobre o capital próprio	285.016	109.704
(-) JCP creditados e não pagos	(12.674)	(6.670)
Lucro a destinar	272.342	103.034
Movimentação dos dividendos e JCP	2024	2023
Saldo a pagar em 1º de abril	18.649	47.013
Dividendos e JCP pagos	(18.649)	(38.210)
Dividendos não distribuídos		(9.513)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (i)	50.294	19.359
Saldo a pagar em 31 de março	50.294	18.649

- (i) A totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios foram cobertos considerando os juros sobre o capital próprio.

A Companhia utilizou como benefício da dedutibilidade do JCP o valor máximo possível, de acordo com a legislação aplicável, no montante de R\$ 84.504. Dado que os dividendos mínimos obrigatórios foram de R\$ 50.290, valor inferior ao JCP do benefício, o remanescente será, obrigatoriamente, objeto de aumento de capital a ser ratificado na AGO que será em breve realizada. Assim, na data destas demonstrações financeiras, a obrigação junto aos acionistas, está representada pelo JCP a pagar de R\$ 50.290.

O imposto de renda retido na fonte, no valor de R\$ 12.676 (15% sobre o benefício de R\$ 84.504) será integralmente pago pela Companhia e para fins de movimentação patrimonial estão classificados como "Dividendos complementares propostos".

- (e) **Ajuste de avaliação patrimonial**

Deemed cost

A Companhia e suas controladas optaram pelo reconhecimento do custo atribuído (deemed cost) como previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 27 e Interpretação Técnico - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizados existentes em 1º de janeiro de 2009. Em contrapartida foi constituída no Patrimônio líquido, a mais valia de custo atribuído, líquido dos impostos diferidos. Com a realização do custo atribuído nos anos subsequentes, este valor monta em R\$ 9.488 em 31 de março de 2024 (R\$ 11.289 em 2023).

Hedge accounting

A partir de 1º de julho de 2023 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa da variação cambial e de preço de venda da *commodity* açúcar, documentando: (i) Diretrizes, (ii) Motivos para a realização das operações de *hedge*, (iii) Instrumento de *hedge*, (iv) Item protegido, (v) Risco protegido e (vi) Teste de efetividade prospectivo. Detalhes quanto ao reconhecimento inicial e mensuração subsequente estão descritos na nota explicativa 2.23 e 4.1 a) (III).

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido.

Em 31 de março de 2024 os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a expectativa de realização no resultado, por safra no montante de R\$ 7.649, estão demonstrados a seguir:

Hedge accounting - Opções

	Controladora e Consolidado		
	Expectativa de realização por safras		
	2024/2025	2025/2026	Total
Opções <i>Zero Cost Collar</i>	(6.378)	(1.916)	(8.294)
(-) Tributos diferidos	2.168	651	2.820
Efeito no patrimônio líquido	(4.209)	(1.264)	(5.474)

Hedge accounting – Swap

	Controladora e Consolidado						
	Expectativa de realização por safras						
	2024/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	Total
Swaps	(684)	(775)	(763)	(817)	(195)	(61)	(3.295)
(-) Tributos diferidos	233	263	260	278	66	20	1.120
Efeito no patrimônio líquido	(451)	(512)	(503)	(539)	(129)	(41)	(2.175)

24 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de produtos e serviços	1.622.736	1.366.915	1.660.413	1.419.082
Realização <i>hedge accounting</i> - Opções de açúcar	8.012		8.012	
Impostos sobre vendas	(125.435)	(74.395)	(128.186)	(78.339)
Receita operacional líquida	1.505.313	1.292.520	1.540.239	1.340.743

A composição da receita bruta, por produto, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercado interno:				
Etanol	918.287	920.766	918.287	920.766
Açúcar	288.242	225.092	288.242	225.092
Energia elétrica			64.061	77.158
Serviços prestados	26.384	24.991		
CBIOS	33.044	35.957	33.044	35.957
Cana de açúcar	38.685		38.685	
	1.304.642	1.206.806	1.342.319	1.258.973
Mercado externo:				
Açúcar	205.082	59.717	205.082	59.717
Etanol	113.012	100.392	113.012	100.392
	318.094	160.109	318.094	160.109
Receita bruta de produtos e serviços	1.622.736	1.366.915	1.660.413	1.419.082
Realização <i>hedge accounting</i> - Opções de açúcar	8.012		8.012	
Impostos sobre vendas	(125.435)	(74.395)	(128.186)	(78.339)
	1.505.313	1.292.520	1.540.239	1.340.743

As receitas do Grupo estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre Serviços (“ISS”) e Contribuição Previdenciária Patronal (“INSS”) reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota
Imposto sobre Operação relativas à Circulação de Mercadoria	ICMS	Diversas (*)
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%(I), 1,65%(II)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%(I), 7,60%(II)
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%
Contribuição Previdenciária Patronal	INSS	0,25% a 2,85%

(I) Alíquota para lucro presumido (Termoelétricas);

(II) Alíquota para lucro real (Demais);

(*) Refletem as alíquotas vigentes em cada estado de operação do Grupo no Brasil:

Diversas (*)	Alíquota
Açúcar	7% a 18%
Etanol hidratado	12%
Etanol anidro	Diferimento
Energia	Diferimento/não incidência
Outras	7% a 18%

25 Despesas por natureza

	Controlada		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matérias-primas	(248.111)	(184.761)	(248.111)	(186.334)
Insumos e materiais de consumo	(22.291)	(23.230)	(22.708)	(23.328)
Variação valor justo do ativo biológico	97.715	63.480	97.715	63.480
Realização do valor justo ativo biológico	(63.480)	(135.723)	(63.480)	(135.723)
Amortização do ativo biológico	(184.621)	(147.474)	(184.621)	(147.474)
Amortização da planta portadora	(164.881)	(147.033)	(164.881)	(147.033)
Amortização do direito de uso	(119.063)	(126.568)	(119.063)	(126.568)
Despesas com pessoal	(151.426)	(128.734)	(151.437)	(129.067)
Depreciação e amortização	(115.504)	(111.111)	(127.343)	(123.541)
Serviços de terceiros	(101.557)	(99.237)	(102.520)	(99.493)
Manutenção	(38.405)	(31.348)	(38.476)	(31.429)
Combustíveis	(50.671)	(54.300)	(50.750)	(54.440)
Outras (receitas) e despesas	(17.439)	(8.954)	(17.740)	(8.990)
Perda na realização dos estoques	(348)		(348)	
Total	(1.180.082)	(1.134.993)	(1.193.763)	(1.149.940)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.062.575)	(1.041.263)	(1.074.825)	(1.053.760)
Despesas gerais e administrativas	(46.296)	(42.939)	(47.727)	(45.389)
Despesas com vendas	(71.211)	(50.791)	(71.211)	(50.791)
	(1.180.082)	(1.134.993)	(1.193.763)	(1.149.940)

26 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Indenizatória - IAA (ii)	228.456	86.091	228.456	86.091
Amortização da mais valia - combinação de negócios	(2.783)	(4.725)		
Crédito extemporâneo IRPJ/CSLL			620	
Crédito extemporâneo PIS e Cofins (i)	8.343		8.347	80
Baixa de créditos - CSRF / ICMS	(2.653)		(2.634)	
Reestruturação Polo Noroeste	(256)	(361)	(327)	(2.633)
Impairment do imobilizado				(4.049)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.407)	2.756	(4.550)	742
Venda de produtos agrícolas	3.520	3.862	3.520	3.862
Prestação de serviços agrícolas	(11.413)	(14.371)	(11.413)	(14.371)
Outras despesas PPA			(4.216)	(6.672)
Provisão para perdas com estoques	(333)	(655)	(333)	(594)
(Reversão) Provisão para contingências	(2.943)	1.563	(3.143)	(1.771)
Outras provisões (reversões) diversas	(147)		2.390	
Provisão restituição energia e performance		(3.299)		
Recuperações diversas	6.693	6.503	6.751	6.558
Resultado na baixa do imobilizado	(1.143)	1.709	7	7.249
Liquidações contratos CCEE				5.602
	220.934	79.073	223.475	80.094

- (i) Refere-se aos créditos extemporâneos de Pis e Cofins reconhecidos face a reavaliação da Administração quanto aos aspectos e pela fixação do conceito de insumo, compreendido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância.
- (ii) Indenizatória IAA: recebimentos referentes a última parcela do 1º precatório, da quinta e última parcela do 2º precatório e da integralidade do 3º precatório (Nota 9). Este montante está deduzido das despesas com honorários advocatícios e tributos incidentes (Pis e Cofins).

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(80.546)	(115.277)	(80.557)	(115.469)
Perdas rateadas pela cooperativa	(1.271)	(3.218)	(1.271)	(3.218)
Perda com derivativos - <i>Swap</i>	(70.203)	(67.150)	(70.203)	(67.150)
Perda com derivativos - <i>Opções</i>	(4.279)		(4.279)	
Variação cambial	(12.461)	(13.366)	(12.461)	(13.366)
Variação monetária	(23.198)	(24.992)	(23.198)	(24.992)
Ajuste a valor presente	(64.338)	(54.357)	(64.338)	(54.357)
Outras	(3.823)	(8.567)	(3.668)	(8.329)
	(260.119)	(286.927)	(259.975)	(286.881)
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	45.862	55.091	51.693	59.533
Ganhos rateados pela cooperativa	313	1.911	313	1.911
Juros recebidos ou auferidos	11.936	9.999	12.661	10.097
Ganho com derivativos - <i>Swap</i>	53.244	58.633	53.244	58.633
Ganho com derivativos - <i>Opções</i>	4.385		4.385	
Variação cambial	15.283	3	15.283	3
Outras	1.637	626	1.636	627
	132.660	126.263	139.215	130.804
Resultado financeiro, líquido	(127.459)	(160.664)	(120.760)	(156.077)

28 Compromissos

O Grupo possui compromissos de vendas de açúcar, etanol e energia, por meio dos quais se compromete a entregar volumes desses produtos na próxima safra. Em 31 de março de 2024, os volumes de compromissos totalizam 218.883 toneladas de açúcar (170.620 toneladas em 31 de março de 2023), 385.123 metros cúbicos de etanol (346.703 metros cúbicos em 31 de março de 2023), além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 360.798 Mwh (362.193 Mwh em 31 de março de 2023) a serem cumpridos até 31 de março de 2025. Adicionalmente, o Grupo possui contratos de arrendamento e parceria agrícola conforme mencionado na nota 16.

29 Transações com partes relacionadas

29.1 Controladora

	Pioneiros Bioenergia S.A.	Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade	Copersucar S.A.	Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda.	Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda.	Termoelétrica Santa Adelia Ltda.	Termoelétrica Interlagos Ltda.	CTC – Centro de tecnologia Canavieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda.	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	2024	2023
Controladora													
(a) Saldos													
Ativo circulante													
Contas a receber (i)	98	14		14	166	79	125					496	316
Adiantamentos													1.632
Dividendos a receber			141					163				304	434
Ativo não circulante													
Direito de uso									279.622	265	49.807	329.694	331.724
Passivo circulante													
Fornecedores (ii)	(536)			(31)							(228)	(795)	(7.794)
Parceria a pagar									(20.103)	(112)	(2.222)	(22.437)	(18.968)
Dividendos a pagar											(50.294)	(50.294)	(18.649)
Mútuo a pagar (iv)	(199)											(199)	
Passivo não circulante													
Parceria a pagar									(310.148)	(208)	(50.004)	(360.360)	(354.756)
Mútuo a pagar (iv)	(8.059)											(8.059)	
(b) Principais operações													
Venda de serviços (i)	293	151		151	10.751	8.185	7.902					27.433	24.330
Aluguel (iii)	(5.550)											(5.550)	(15.864)
Parceria Agrícola									(51.953)	(126)	(10.114)	(62.193)	(50.238)
Pagamentos de <i>royalties</i>								(4.358)				(4.358)	(4.272)
Dividendos recebidos			19.055	24.346				97				43.498	61.183
Compra de materiais e insumos	(2.063)				(28)							(2.091)	
Ajuste de performance de energia elétrica (ii)													(3.299)
Despesa financeira sobre ajuste de performance									(50)			(50)	(350)
Redução de capital													9.675
Encargos financeiros mútuo	(199)											(199)	

- (i) A Companhia possui contratos de operação e manutenção das instalações industriais de cogeração de energia elétrica das controladas indiretas Termoelétrica Santa Adélia Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., com vigência indeterminada, sendo, no entanto, causa de rescisão automática a reestruturação societária da CBPB. Adicionalmente Companhia possui contrato de serviços administrativos das controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e controlada direta Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade.
- (ii) Decorrente do contrato acima mencionado, a Companhia mantém duas obrigações de restituição: “Restituição de energia contratada” e “Restituição de garantia mínima de performance”. A primeira corresponde à diferença financeira ocorrida em função da impossibilidade de geração mínima de energia necessária para cumprimento dos contratos em vigor, hipótese em que a Usina Santa Adélia S.A. deverá restituir às controladas indiretas pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada comprometida pelos contratos em vigor. A segunda restituição corresponde à diferença financeira ocorrida da impossibilidade de geração de energia necessária para cumprimento da Garantia Mínima de Performance, que se refere à obrigação da Usina Santa Adélia S.A. de garantir a matéria-prima necessária para a geração de 295.197 Mwh anualmente. A apuração das restituições é realizada no término de cada ano safra, assim em março de 2024 não foi constituído saldos de restituição (em março de 2023 - R\$ 3.299).
- (iii) No exercício a Companhia realizou a locação de veículos, de um galpão para armazenamento de fertilizantes e de tanques de armazenagem de etanol junto a Pioneiros Bioenergia S.A.
- (iv) Em janeiro de 2024 foi firmado um contrato de mútuo entre a Pioneiros Bioenergia S.A. e a Usina Santa Adélia S.A. com taxa efetiva de juros de 10,81% a.a. e vencimento em abril de 2025.

As transações com partes relacionadas são realizadas com base nos valores acordados entre as partes.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga durante o exercício findo em março de 2024 refere-se a salários, encargos sociais e programa de remuneração variável no montante de R\$ 5.835 (em março de 2023 – R\$ 6.401). Os valores relacionados à remuneração da administração são aprovados em ata de reunião do Conselho de Administração, a qual está vigente conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2023.

29.2 Consolidado

	Consolidado						
	Copersucar S.A.	CTC – Centro de tecnologia Canavieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	2024	2023
(a) Saldos							
Ativo circulante							
Dividendos a receber	141	163				304	434
Adiantamentos							1.632
Ativo não circulante							
Direito de uso			279.622	265	49.807	329.694	331.724
Passivo circulante							
Fornecedores					(228)	(228)	(4.321)
Parceria a pagar			(20.103)	(112)	(2.222)	(22.437)	(18.968)
Dividendos a pagar					(50.294)	(50.294)	(18.649)
Passivo circulante							
Parceria a pagar			(310.148)	(208)	(50.004)	(360.360)	(354.756)
(b) Principais operações							
Parceria Agrícola			(51.953)	(126)	(10.114)	(62.193)	(43.218)
Pagamentos de royalties		(4.358)				(4.358)	(1.419)
Dividendos recebidos	24.346	97				24.443	40.469

30 Seguros

A Companhia e suas controladas buscam no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de março de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Bens Segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura em reais
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	330.757
Lucros Cessantes	Prejuízos pela interrupção da atividade produtiva em decorrência de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais.	260.000
Linhas de transmissão	Danos materiais (Excluindo roubo e furto de cabos)	2.000
Veículos	Cascos Danos materiais e danos corporais Danos morais	Valor mercado 600 50
Equipamentos agrícolas	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, colisão, roubo e furto) Danos elétricos	165.262 33.052
Responsabilidade civil geral	Danos causados à terceiros em virtude da operação da empresa	20.000
Responsabilidade civil - Diretores e Administradores (D&O)	Ações contra Diretores e Administradores do Grupo	25.000

Embora as lavouras de cana-de-açúcar não sejam cobertas por seguros, a Companhia, além de adotar medidas preventivas, como por exemplo, a manutenção de brigadas de incêndio, entende que o valores segurados para perda de receita bruta é suficiente para assegurar a continuidade normal de suas operações em eventual caso de sinistro.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

* * *